

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

GIOVANNI GUERRA GOBBI

**REFLEXÕES SOBRE O ENDIVIDAMENTO DO SETOR AGRÍCOLA E O MODELO  
DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA ADOTADO NO BRASIL**

FLORIANÓPOLIS  
2004

GIOVANNI GUERRA GOBBI

**REFLEXÕES SOBRE O ENDIVIDAMENTO DO SETOR AGRÍCOLA E O MODELO  
DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA ADOTADO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Estágio apresentado à disciplina Estágio Supervisionado – CAD 5236, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração em Administração Financeira.

Professor Orientador: Altair Acelon de Melo

FLORIANÓPOLIS  
2004



GIOVANNI GUERRA GOBBI

**REFLEXÕES SOBRE O ENDIVIDAMENTO DO SETOR AGRÍCOLA E O MODELO  
DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA ADOTADO NO BRASIL**

Este Trabalho de Conclusão de Estágio foi julgado adequado e aprovado em sua forma final pela Coordenadoria de Estágios do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, em 13/02/2004


Prof. Sinésio Stefano Dubiela Ostroski  
Coordenador de Estágios

Apresentada à Banca Examinadora integrada pelos professores:



Altair Acelon de Melo, MSc.  
Orientador

Marcos Dalmau, Dr.  
Membro



Hanz Michael van Bellen, Dr  
Membro

Dedico este trabalho às pessoas que sempre serão muito especiais para mim.

Pessoas que dedicam sua vida para que eu alcance o sucesso.

Aos meus pais, pelos ensinamentos de uma vida.

Agradeço aos colegas de trabalho, Marciana e Germano pela compreensão e apoio na elaboração deste trabalho.

Obrigado aos amigos pelo incentivo e companheirismo. À galera da ACC, sempre presente, nos bons e maus momentos.

Ao corpo docente da universidade, pela atenção e orientação.

Ao professor e orientador Altair, pela dedicação e suporte na orientação de meus pensamentos, no decorrer deste trabalho.

Obrigado a toda a minha família, pelo suporte nas horas de cansaço e desânimo.

E por fim, em especial a minha namorada Larissa, pelo amor e carinho que me fortalece diante das dificuldades.

“A novidade é que o Brasil não é só litoral.  
É muito mais, é muito mais do que qualquer zonal sul.  
Ficar de frente para o mar, de costas para o Brasil,  
não vai fazer deste lugar um bom país.”

Milton Nascimento

## SUMÁRIO

RESUMO.....	09
1 INTRODUÇÃO .....	10
1.1 Problema de pesquisa.....	11
1.2 Objetivos.....	12
1.3 Justificativa .....	12
1.4 Metodologia.....	13
2 O CRÉDITO RURAL .....	14
2.1 O Crédito Rural na Europa - A Política Agrícola Comunitária .....	15
2.2 O Crédito Rural Nos Estados Unidos - <i>Farm Credit Sistem</i> .....	17
2.3 A Política de Financiamento da Agricultura do Brasil.....	19
3 O PROBLEMA DO ENDIVIDAMENTO DO SETOR AGRÍCOLA BRASILEIRO ..	29
3.1 A Década de 80.....	30
3.2 A Comissão Parlamentar de Inquérito .....	31
3.3 Desvio de Finalidade.....	33
4 A SECURITIZAÇÃO.....	36
5 O PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS - PESA .....	39
6 O CENÁRIO RURALISTA ATUAL.....	42
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53
ANEXOS.....	57

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Evolução dos recursos do Crédito Rural – valores constantes.....	22
Quadro 02: Produtores que procuraram Banco para obter financiamento.....	26
Quadro 03: Os financiamentos mais procurados.....	42
Quadro 04: Produção Brasileira de Carnes (Mil toneladas).....	45
Quadro 05: As Dificuldades no Acesso ao Crédito.....	56
Quadro 06: O aumento das áreas plantadas.....	56
Quadro 07: Confronto das últimas safras.....	57
Quadro 08: Custo dos financiamentos.....	57

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas.....	23
Tabela 02: Perfil das Dívidas Agrícolas Securitizadas.....	37
Tabela03: Perfil das Dívidas Agrícolas Alongadas pelo PESA.....	39
Tabela 04: Oferta e demanda de grãos nos últimos anos.....	58
Tabela 05: Produto Interno Bruto.....	59



## RESUMO

GOBBI, Giovanni Guerra. **Reflexões sobre o endividamento do setor agrícola e o modelo de financiamento da agricultura adotado no Brasil.** 2004. 60 folhas. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração). Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004

O presente trabalho tem o objetivo de estudar a trajetória do crédito rural no Brasil nos últimos anos afim de compreender como chegou-se ao cenário atual, de escassez de crédito e alto índice de endividamento do setor rural. A natureza deste trabalho é essencialmente analítica, de forma que não foi estabelecido nenhum modelo empírico de teste e análise dos dados apresentados. A falta de recursos do sistema tradicional de financiamento agrícola é uma forte evidência do esgotamento deste modelo. O alto grau de endividamento deste setor tem despertado o interesse dos demais setores da economia que sofreram seus efeitos imediatos. A política agrícola adotada no Brasil sempre priorizou o momento atual, ou seja, nunca teve uma política agrícola efetivamente, teve sim, planos de safra, que tratavam de uma situação específica e ainda assim sempre a mercê de uma economia instável o que provocou por anos consecutivos o desgaste do setor agrícola.

Palavras Chave: Crédito Rural, Endividamento Agrícola e Política Agrícola.



## 1. INTRODUÇÃO

Muito tem se falado em reforma agrária, muitas vezes em um tom bucólico, sem se fazer uma análise séria das reais necessidades de um setor que se constituiu numa das maiores fontes de receitas comerciais do país.

Não se faz necessário lembrar da natural tendência agrária do Brasil. Que o país possui focos de industrialização também é desnecessário comentar, mas o que envergonha é ver um país com tamanha extensão territorial, com solo produtivo, onde “se plantando tudo dá”, tratar por anos contínuos a classe ruralista como se estes estivessem enfrentando problemas financeiros por pura incompetência.

O presente estudo tem o objetivo de trazer uma luz esclarecedora sobre a real situação daqueles que são tratados como os maiores devedores do sistema financeiro. Não basta apenas a terra para a produção rural, é necessário, sobretudo, um ambiente econômico favorável. É preciso capital para a produção de insumos, preparo e adequação do solo, capital de giro para a comercialização e para a subsistência do produtor até a colheita, ou seja, fundamentalmente, é preciso de crédito para a sobrevivência do produtor no campo.

A partir da década de 80, a chamada “década perdida”, a economia do país passou a caminhar para uma só direção: corte dos investimentos e dos gastos públicos, alta dos juros, aumento da carga tributária e os famigerados congelamentos de preços. E eis que veio a tona o corte dos recursos destinados ao Crédito Rural.

Tem início, na década de 80 o que culminaria com o verdadeiro colapso do setor agrícola na década de 90. Com o corte dos recursos destinados ao Crédito Rural no início da década de 80 o produtor, que precisava continuar plantando, continuou a pagar recursos de onde podiam lhe oferecer, isso resultava muitas vezes em altas taxas de juros, incompatíveis com o preço pago pelos produtos agrícolas. Esta situação determinou comercialização por várias safras no período entre 1990 e 1996, em valores inferiores em até 40% ao custo de produção. A consequência lógica foi a inadimplência. Se em meio a esse cenário o produtor ainda sofreu com as intempéries e teve uma única frustração de safra que seja, está formado o problema que somente tomaria os noticiários em meados da década de 90, quando a situação tomou proporções que afetaram toda a economia nacional.

Chegou-se ao extremo do Congresso Nacional instaurar uma CPI para apurar quais eram as origens dos problemas de inadimplência do setor rural. Inúmeras foram as confissões de que os reais culpados pela situação de endividamento do setor agrícola era do setor

financeiro, que foi quem mais lucrou com as altas taxas de juros. No entanto, foi só mais uma CPI que não teve o efeito necessário para moralizar o Crédito Rural.

No final da década de 90, com um rombo enfrentado por muitos banqueiros, o governo viu-se obrigado a tomar uma atitude. Criou algumas formas de renegociar as dívidas oriundas do Crédito Rural, usando como pano de fundo a pressão que a bancada ruralista fazia por uma solução para seus problemas de crédito.

Os programas de renegociação das dívidas agrícolas, notadamente, a securitização e o PESA, não trouxeram efetivamente uma solução para os problemas dos produtores rurais, mas sim para os bancos federais que transferiram ao Tesouro Nacional todas aquelas dívidas que seriam lançadas como prejuízo em sua contabilidade.

O setor agrícola está novamente às voltas com um problema que fora maquiado e agora insiste em aparecer. Os produtores estão com todo o seu patrimônio vinculado nas renegociações e estão excluídos do crédito oficial. O volume de crédito oficial oferecido ao setor rural é ínfimo, chega ao absurdo de ser menor que o volume disponível no final da década de 70, mas ainda assim a agricultura bate recordes de produtividade e tem sustentado a balança comercial nos últimos anos.

Na sequência deste estudo tem-se uma análise do Crédito Rural e um comparativo com os modelos aplicados no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos.

Em seguida, aparece o problema do endividamento do setor agrícola brasileiro. Com informações sobre a crise iniciada na década de oitenta que acarretou com a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito assim como comparativos de desvio de finalidade entre os financiamentos do setor primário.

Com isso torna-se importante que se entenda os programas de renegociação das dívidas rurais, conhecidos como Securitização e PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos, podendo então desenvolver o cenário ruralista atual.

Por fim, com base nestas informações obtêm-se as considerações finais acerca deste assunto de grande relevância para toda a população e aos estudiosos brasileiros.

## **1.1 Problema de Pesquisa**

Este estudo teve a seguinte pergunta norteadora:

Qual o futuro da classe ruralista? Que política teria que ser adota para melhorar o futuro da classe ruralista brasileira?



Assim, definiu-se o tema do presente trabalho denominado “Reflexões Sobre o Endividamento do Setor Agrícola e o Modelo de Financiamento da Agricultura Adotado no Brasil”.

Um diagnóstico do crédito rural no Brasil nos últimos anos, seu desajuste com os concorrentes norte-americanos e europeus, fatores que colaboraram para o aumento do endividamento de uma classe que já sofre com os problemas típicos de seu setor como as intempéries e a constante incerteza de mercado para sua comercialização.

O presente estudo procura demonstrar as origens do endividamento e quais as perspectivas para o futuro próximo.

## **1.2 Objetivos**

O objetivo geral do presente estudo está centrado na previsão futura do crédito rural baseado no entendimento do setor agrícola brasileiro e seu nível de endividamento atual.

Especificamente, os objetivos são:

- a) Descrever e analisar o funcionamento do Crédito Rural no Brasil;
- b) Identificar problemas que ocasionem inadimplência em operações de Crédito Rural;
- c) Avaliar os efeitos do endividamento na produção agrícola;
- d) Verificar o atual cenário do setor agrícola e suas perspectivas;
- e) Analisar o contexto; e,
- f) Apresentar possíveis cenários para o futuro.

Espera-se que os resultados obtidos contribuam não apenas para os intermediários financeiros e produtores rurais, mas também para os formuladores de políticas econômicas e para aqueles interessados no estudo acadêmico e especial no mercado de crédito.

## **1.3 Justificativa**

Nos últimos anos a situação da classe ruralista tem ocupado um espaço cada vez maior nos noticiários nacionais. As notícias sempre se apresentam em dois extremos, ou são as

significativas dificuldades pelas quais passa o setor, ora por perda de safra ora por quebraadeira generalizada ou então são os seguidos recordes de produção safra após safra.

Tais acontecimentos levam à conclusão de que algo não está bem colocado no ordenamento e assim desperta o interesse dos mais atentos. Pois, aqueles responsáveis pela produção de alimento para nação são expostos muitas vezes como caloteiros.

O crédito rural sempre despertou o interesse do autor deste estudo, seja pelo fato de ser descendente da classe ruralista seja por estar trabalhar numa empresa de consultoria direcionada ao setor rural, o que facilita o entendimento e explanação do assunto.

#### 1.4 Metodologia

Em relação à natureza das variáveis estudadas pode-se classificar este estudo como qualitativo, pois procura o aprofundamento do conhecimento sobre o problema em estudo (MATTAR, 1996).

Segundo Lima (2004, p. 30) “a credibilidade das conclusões alcançadas é reflexo das multiperspectivas resultantes das diferentes fontes de consulta exploradas pelo método qualitativo”.

Outra característica do método qualitativo conforme Lima (2004, p. 30) é que “a quantidade de tempo envolvida no processo de investigação somada à intensidade dos contatos estabelecidos entre o pesquisador e o sujeito da investigação correspondem a fatores que reduzem significativamente a fabricação de comportamentos *maquiados*, convenientes, *de fachada*”.

O tipo de pesquisa levando em consideração a natureza do relacionamento entre as variáveis estudadas é descritivo, pois tem como objetivo obter informações que exponham a situação em estudo.

Devido ao interesse de aprofundar maior conhecimento em relação ao assunto, será realizado uma primeira etapa da pesquisa com características exploratórias, para que se obtenha um maior conhecimento do tema a ser pesquisado, levantando informações para que seja efetuada a pesquisa, que é efetivamente conclusiva descritiva, exatamente porque deseja obter respostas sobre a questão levantada no objetivo do trabalho.

A coleta de dados será através de análise de estudos e do cenário econômico atual. Assim como manuais bancários livros e outras publicações que retratem o tema.



## 2. CRÉDITO RURAL

O crédito seja do ponto de vista econômico (troca de um bem atual por um bem futuro), seja no que se refere à sua definição jurídica (confiança na promessa de pagamento futuro), sempre despertou grande interesse pela relevância que possui na atividade econômica. Apesar da sua reconhecida importância, também é gerador de relevantes polêmicas entre concedente e tomador. Não são novas as divergências e muitos discursos já foram produzidos em defesa dos dois lados, qualquer que seja a finalidade do crédito.

Crédito Rural é o suprimento de recursos financeiros, prestados por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais e suas cooperativas, para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem em objetivos específicos. Sempre funcionou através de contratos, por escritura pública ou particular.

Por subsídio entende-se que seja recurso com incentivo por parte do Estado, para desta forma fomentar o desenvolvimento de um determinado setor, através de crédito com custo financeiro inferior ao encontrado no mercado financeiro tradicional.

Nas palavras do mestre Aguiar (1977, p.18), “o crescimento na agricultura é fator preponderante para o desenvolvimento econômico, político e cultural de uma nação. Subsidiada que é, em todo o globo, a agricultura necessita de crédito”.

Quando se fala em atividade rural impossível não se falar em subsídio, e como diz Wiildmann (2001), assim como ocorreu com os subsídios de uma forma geral, o subsídio ao setor rural já fora apontado como um estorvo para a economia, sobretudo nos países em desenvolvimento. As críticas variadas contemplavam desde o argumento do déficit público até a acusação de serem elementos de distorção da economia e de concentração de renda.

No entanto, mostram-se essenciais para o desenvolvimento e para a manutenção do sistema agrário, em vista das dificuldades vividas pelos produtores.

A atividade agrária só pode existir sobre gleba de terra para o agropecuarista desenvolver seu ofício cultivando vegetais ou criando animais, sem terra nada poderá ser feito. Para sua aquisição e manutenção é necessário financiamento, cujo reembolso deve ser compatível com a produção, para que o agropecuarista possa pagar com o próprio empreendimento.

O Crédito Rural ampara três grandes grupos de financiamentos conhecidos como custeio, investimento e comercialização.

Como bem disse Sauchuk (1981), operações de custeio são aquelas que visam suportar as despesas de um ciclo produtivo, de uma safra, desde o preparo do solo até a colheita da lavoura, ou então o ciclo de criação recriação e engorda de animais.

Os financiamentos ditos como de investimento objetivam otimizar e desenvolver a propriedade, buscando maior produção e melhor produtividade. Assim, qualquer construção ou equipamento pode ser financiamento para investimento.

No final do ciclo produtivo tem-se a comercialização e é nesta fase que o crédito rural é fundamental garantindo a prática de preços compatíveis com o custo da produção e o mercado.

O instrumento mais eficaz de capitalizar o setor primário é o Crédito Rural, sendo concedido a taxas inferiores às praticas no mercado, para que se possa incentivar o desenvolvimento do setor.

O Crédito Rural atende seu fim social ao permitir que o homem do campo se fixe no meio rural, evitando o êxodo e conseqüente inchaço dos grandes centros urbanos.

No entanto, não basta a terra para a produção rural, como bem disse Wildemann (2001), é necessário, sobretudo, um ambiente econômico favorável. Capital para produção de insumos, preparo e adequação do solo, capital de giro para a subsistência do produtor até a colheita, acesso a tecnologias de produção e estruturas de apoio logístico para transporte e armazenamento são exemplos dos componentes de tal ambiente econômico, que encontra ramificações, se não raízes, no ordenamento jurídico, consistindo, na verdade, num ambiente jurídico-econômico.

Quando se analisa a evolução da sociedade, as últimas décadas foram notáveis no sentido de sepultar velhas idéias e teorias acerca do desenvolvimento econômico das nações, e a década de noventa, foi particularmente importante no sentido de definir as tendências que sem dúvida dominarão o processo de formação de políticas macroeconômicas nos anos vindouros, com reflexos poderosos em todo o *agrobusiness* mundial e nacional.

## **2.1 Crédito Rural Na Europa – A Política Agrícola Comunitária**

A baixa competitividade dos produtores rurais do Velho Continente conta com a proteção de uma política de preços mínimos que garante a sobrevivência do setor agrícola.

Isabel Vaz *apud* Wildmann, relata bem a situação de protecionismo implantada na Comunidade Européia:



(...) a Comunidade Européia, desde a segunda metade da década de oitenta, decidiu conceder aos agricultores proteção contra os produtos de outras origens, assegurando-lhes, em alguns casos, preços de garantia a níveis três vezes superiores aos praticados no comércio internacional. Com esta política, (...) criou-se dentro de suas fronteiras um gigantesco setor agrícola, cuja produção chegava a superar as próprias necessidades de consumo da Comunidade. Em consequência, não desejando arcar com o ônus de estoques que se acumulavam sem perspectivas de serem absorvidos, a CEE passou a subsidiar as vendas desses produtos, numa concorrência desleal e predatória. WILDMANN (2001, p. 46 a 47).

Buscando garantir aos agricultores europeus um padrão de vida comparável às camadas urbanas da população, criou-se a Política Agrícola Comunitária (PAC) com, mecanismos que garantem o rendimento agrícola. Não resta dúvidas quanto à eficácia do sistema europeu. Vale lembrarmos as preciosas lições de Isabel Vaz, citada por Wildmann:

O sistema, em princípio, dá perfeita conta da consecução dos objetivos de assegurar e estabilizar os preços e a renda dos produtores. Os preços de mercado flutuam entre o preço de intervenção e o preço indicativo. Se a oferta interna é curta, as importações impedem que o preço de mercado supere o preço indicativo, evitando a elevação de preços aos consumidores sem penalizar os produtores. Se, ao contrário, uma grande oferta pressiona os preços de mercado para baixo, as compras governamentais asseguram um piso e garantem a renda dos produtores. WILDMANN (2001, p. 48).

A primeira vista tal política nos parece natural e aceitável, no entanto, quando se observa, não apenas o mercado interno europeu, mas o setor agrícola mundial, constata-se que são os países em desenvolvimento que estão pagando a conta por uma política protecionista com técnicas comerciais predatórias e desleais.

O subsídio praticado na Comunidade Européia, como disse Wildmann, foi descrito pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crédito Rural, que alertou para o seguinte fato:

(...) os países desenvolvidos gastam US\$ 246 milhões com subsídios agrícolas. Cerca de 40% da renda dos produtores rurais dos países desenvolvidos provém de subsídios. O custo do contribuinte europeu na manutenção da agricultura está orçado em US\$ 900,00 por contribuinte. Nos últimos cinco anos, os europeus receberam, em média, preços de 30 a 35% mais elevados do que os preços internacionais.(...) A agricultura é um setor protegido nos países industrializados. O nível e proteção médio da agricultura passou de 20% para 40% da 2ª Guerra Mundial até os anos 90, enquanto o nível de proteção da indústria caiu de 40 para 6%. WILDMANN (2001, p. 50)

A Política Agrícola Comum é um programa criado na época em que os europeus precisavam incentivar a produção de alimentos, abalado pelos danos da Segunda Guerra Mundial. Seus objetivos originais caducaram, o continente já lida com superprodução e montanhas de alimentos, mas, ainda assim, os governos resistem a executar reformas sérias. O

principal obstáculo é a França, que mais recursos obtém, e cujos governos têm medo da força política do *lobby* rural.

O subsídio praticado na União Européia é tamanho que em recente matéria ouviu-se o repórter Silio Boccanera correspondente da emissora de televisão *GloboNews* em Londres dizer “uma solução para os pobres do Brasil é fantasiá-los de vaca e trazê-los para a Europa. Passarão a ganhar aqui US\$ 2,20 por dia em subsídios da União Européia. É o dobro da renda padrão que hoje os qualifica como pobres, segundo critérios da ONU.”

## 2.2 Crédito Rural nos Estados Unidos - *Farm Credit Sistem*

Inspirado nos modelos europeus o subsídio creditício a atividade rurícola surgiu nos Estados Unidos no início do século XX e também tem como parâmetro à política de preços mínimos sendo seu alicerce a fixação de preços institucionais. Hoje o *Farm Credit Sistem*, desempenha papel de grande importância, permitindo os produtores do setor primário acesso a financiamentos que permitam viabilizar a atividade agrícola.

Para Jank, o modelo de política agrícola dos EUA nasceu na grande Depressão nos anos 30, numa época em que a agricultura representava 21% da força de trabalho. A base da política era a fixação de preços mínimos aos produtores de grãos e algodão, que lhes garantiriam uma renda mínima. Posteriormente, no segundo mandato de Nixon em 1973, foi proposto um segundo patamar de preços garantidos denominado preços-alvo (ou *target price*), que seria acessível apenas aos produtores que se dispusessem a participar de programas de redução de áreas plantada. Como na ocasião os EUA controlavam o mercado mundial de grãos e algodão, a idéia subjacente aos *target prices* era de que seria possível controlar os níveis de preço do mercado mundial apenas com o controle da oferta americana. Nos anos 90, ficou claro que essa política não funcionava mais. Primeiro porque outros países entraram com vigor no mercado, o Brasil entre eles. Segundo, porque o sistema beneficiava apenas grandes produtores, sendo que 80% dos produtores americanos continuam perdendo dinheiro, ano após ano, com a atividade agrícola. Mas o pior de tudo é que preços sistematicamente posicionados acima do equilíbrio natural da oferta e demanda geram excedentes, que tem de ser escoados para o mercado mundial, que deprimem preços e que geram pressões por mais subsídios. Esse é o primeiro círculo vicioso dessa política, custeada pelo contribuinte americano e pelos competidores internacionais. O segundo círculo vicioso surge no preço da terra: sendo esta um bem limitado, grande parte dos subsídios de preços acaba se transferindo



para o preço da terra, aumentando custos, reduzindo margens e criando novas pressões por mais subsídios.<sup>1</sup>

No ano de 1996, foi determinada uma nova diretriz para a política agrícola, num momento de altos preços mundiais de commodities, de esforços de redução de gastos públicos e de constatação do fracasso dos mecanismos de controle de oferta. A Lei Agrícola 1996-2001, popularmente chamada de “Freedom to Farm” (liberdade para plantar), extinguiu os controles de oferta e introduzia pagamentos diretamente aos produtores desatrelados da produção real. A linha liberalizante dessa política, que entusiasmou os países competitivos, não durou muito. Na versão final da Lei, foram mantidos os preços mínimos anteriores, e em 1998 os mercados desabaram com a crise da Ásia. Após 1998 a soja foi um dos produtos que obteve rios de subsídios via preço mínimo.

No final de 2000, num clima de eleição presidencial nos EUA, superávit fiscal e baixos preços de commodities, começou o debate da “Farm Bill” 2002. Quase dois anos depois foi aprovada no Congresso essa grande aberração: três modalidades de preços garantidos se sobrepõem, entre pagamentos diretos, preços mínimos e a incrível ressurreição dos preços-alvo, agora totalmente desatrelados de qualquer controle de oferta. Ou seja, o produtor americano vai contar com três modalidades complementares de subsídios de preços, sem ter qualquer compromisso de controlar oferta. Resultado possível: forte estímulo à formação de excedente e maior depressão dos preços agrícolas mundiais.<sup>2</sup>

O frango e açúcar brasileiros, entre outros produtos agrícolas, exportados sem subsídios para o Oriente Médio ou a Rússia, têm de concorrer com os equivalentes europeus beneficiados por verbas públicas. Os americanos também usam métodos semelhantes, e aí a discussão começa a se expandir. Meio século de brigas nesta área levou à conclusão de que, para o bem comum de todos os países, subsídios precisam ser eliminados, ou então se acaba numa disputa feroz, num salve-se quem puder.

O problema é fazer cumprir na prática esse princípio de comércio internacional justo. Os países ricos brigam quando os pobres impõem taxas de importação sobre o que o primeiro mundo fabrica com mais eficiência (computadores, máquinas, carros), mas não hesitam em fazer o mesmo quando africanos ou brasileiros tentam exportar mercadorias agrícolas produzidas a custo menor.

<sup>1</sup> JANK, Marcos Sawaya. *A lei agrícola dos EUA e a economia política da proteção*. Jornal Valor Econômico: São Paulo, 15 de maio de 2002, edição 508, p.18

<sup>2</sup> JANK, Marcos Sawaya. *A lei agrícola dos EUA e a economia política da proteção*. Jornal Valor Econômico: São Paulo, 15 de maio de 2002, edição 508, p.18

A garantia de preços mínimos elevados e os pagamentos anuais autorizados pelo Congresso Americano induziram a um aumento contínuo da produção agrícola norte-americana, aumentando os estoques mundiais e deprimindo ainda mais os preços internacionais, gerando um círculo vicioso e pressões por mais subsídios. Na realidade, a nova versão da Farm Bill atendeu às pressões dos poderosos lobbies agrícolas por mais subsídios, num ano eleitoral. A proposta aprovada no Congresso e sancionada pelo governo dos EUA amplia os programas de subsídios que induzem à superprodução doméstica, mantendo o círculo vicioso dos baixos preços/altos estoques/mais subsídios.

### **2.3 A Política de Financiamento da Agricultura do Brasil**

“O berço continua esplêndido. O futuro ainda não foi revogado. O problema é que o Brasil rural, dorminhoco atávico, teima em permanecer eternamente deitado”.

O potencial do agronegócio nacional em termos de área cultivável impressiona. A área total de mais de 210 milhões de hectares (24% do território nacional) a região dos cerrados equivale à metade da área total do México, e nela ainda estão inexplorados cerca de 90 milhões de hectares, uma área equivalente a toda a área da China e dos EUA, que são os dois maiores produtores mundiais de grãos.

O Brasil tem condições de operar em larga escala no agronegócio internacional, pois é o único país no mundo, com uma infra-estrutura razoável, que dispõe em abundância do fator de produção mais escasso em escala mundial: terra agricultável. E ainda, conta com clima favorável que possibilita duas ou mais safras por ano; grandes extensões de áreas agricultáveis ainda não aproveitadas; disponibilidade de água; produtores e agroindústrias com bom nível tecnológico; demanda mundial por alimentos em crescimento e um grande potencial de aumento de consumo interno.

Desde o descobrimento do Brasil até meados do século XIX, a dinâmica do setor rural brasileiro era bastante simples, determinadas pelas flutuações do mercado exterior. Segundo Baer (1996), uma série de grandes ciclos de exportação primária determinaram o crescimento econômico do Brasil, destacando-se o pau-brasil, a cana-de-açúcar, o algodão, o fumo, o cacau, a borracha e o café.

A alocação dos recursos como homens, animais de trabalho e terras, era determinada pela atratividade internacional do produto, de modo a incrementar a produção de exportação.



Mesmo com o ciclo do ouro, no final do século XVIII, a agricultura permaneceu como o principal setor exportador do Brasil.

As primeiras tentativas de se criar uma política de crédito rural no Brasil ocorreram no início do século passado, com o crescimento das lavouras cafeeiras.

Em 1909, com o objetivo de financiar a atividade rural, principalmente a cultura do café, criava-se o Banco de Crédito Hypotecário e Agrícola do Estado de São Paulo.

“O café representa a principal parcela no valor global de nossa exportação e é, portanto, o produto que mais ouro fornece à solução dos nossos compromissos no estrangeiro. A defesa do valor do café constitui, portanto, um problema nacional, cuja solução se impõe à boa política econômica e financeira do Brasil”, são as palavras do Presidente Epitácio Pessoa, que em 1921, mostrava a necessidade e a preocupação em se instituir uma política de crédito rural, tendo como carro-chefe para sua formalização a cultura do café.

No entanto, medidas concretas só foram implementadas em 1937. Naquele ano foi criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil. Neste mesmo ano foi publicada a Lei n.º 492 regulamentando o Penhor Rural, que havia sido introduzido na legislação brasileira em 1885 através da Lei n.º 3272.

Neste período as políticas governamentais voltadas para o setor agrícola foram implementadas em torno de institutos criados para cuidar de produtos específicos, como o Instituto Brasileiro do Café – IBC, Instituto do Açúcar e Alcool – IAA e a Comissão Especial da Lavoura Cafeeira entre outros. Assim, não havia uma política voltada ao setor agrícola como um todo, mas apenas aos setores voltados à exportação.

O volume de recursos destinados ao financiamento rural e o número de contratos efetuados até o final dos anos 60 foram insignificantes.

A institucionalização do crédito rural no Brasil, através da Lei nº 4829 de 05/1/65, e com a obrigatoriedade de empréstimo à agricultura de um determinado percentual sobre os depósitos à vista do sistema bancário, permitiram uma forte expansão do crédito rural no final dos anos 70.

O Conselho Monetário Nacional, por expressa determinação legal (Lei nº 4.595/64, Lei nº 4.829/65, Decreto-Lei nº 167/67 e Lei nº 8.171/91), é o órgão responsável por regular o crédito rural.

Na política de industrialização por substituição das importações cabe ao setor agrícola a função de gerar matéria prima barata para a agroindústria exportadora e produzir alimentos a um custo baixo compatível com o salário urbano. O SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural - é mais do que um sistema de crédito já que assume também a forma de instrumento de

planejamento da produção para evitar gargalos no fornecimento de bens primários para os outros setores inclusive a oferta de divisas para a importação de bens de capital.<sup>3</sup>

O crédito é neste caso o mecanismo de incentivos que complementa o mercado para orientar a produção e os investimentos de longo prazo. Os subsídios sobre a taxa de juros de mercado tem este sentido de comando sobre os incentivos de preços dos mercados e o volume e mecanismos de racionamento entre os tomadores são introduzidos para reduzir os elementos e risco que inibiriam o volume de produção destinado aos mercados e os investimentos transformadores do sistema de produção agropecuária tradicional.<sup>4</sup>

Uma característica importante do SNCR tem relevância macroeconômica porque esta relacionada com a determinação do volume total das operações. Neste caso era uma decisão de planejamento das autoridades monetárias, ou seja, uma decisão mandatária em contraste com uma situação de equilíbrio entre oferta e demanda num mercado competitivo. A percepção pelos agentes de mercado de um excessivo nível de endividamento do setor produtivo não tinha nenhuma capacidade de inibir o volume total de recursos aplicados. Como o Banco do Brasil era em grande parte do tempo à própria autoridade monetária (o Banco Central tinha pouco controle sobre o banco) a oferta de crédito rural era endógena e foi por mais de duas décadas uma das principais formas de expansão primária do estoque de moeda, o financiamento inflacionário do próprio Estado.<sup>5</sup>

Como não existe (aliás, nunca existiu) uma política econômica para a agropecuária, somente planos de safra, há uma produção desordenada com excesso de certos produtos e carência de outros. Não existe uma política de conquista de novos mercados, porque falta uma política agrícola adequada. Se o Brasil aumentar a produção de alimentos (soja, café, cacau, feijão, hortaliças, cítricos, carne, milho etc...) não terá onde colocá-los, porque os mercados já estão definidos, e havendo maior oferta de alimentos na praça nacional haverá conseqüentemente redução de preço e prejuízo para quem produz.

O Crédito Rural é o grande impulsionador da agricultura, pois a cada safra os estímulos dão a garantia do plantio, através de adiantamento de recursos financeiros que possibilitarão, em tempo hábil, dentro das condições climáticas específicas a cada região, as operações mecânicas e tarefas agrônômicas capazes de preparar a terra e solo, executar o

<sup>3</sup> DIAS, Guilherme Leite da Silva. *Política de Crédito Rural*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/prior/desrural/brasil/dias>. Acessado em 20/11/03.

<sup>4</sup> DIAS, Guilherme Leite da Silva. *Política de Crédito Rural*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/prior/desrural/brasil/dias>. Acessado em 20/11/03.

<sup>5</sup> DIAS, Guilherme Leite da Silva. *Política de Crédito Rural*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/prior/desrural/brasil/dias>. Acessado em 20/11/03.



plantio, comercialização, transporte e embarque da safra são asseguradas pelo crédito agrícola, pois o retorno financeiro da safra somente se dá *a posteriori*, com o pagamento da produção e, às despesas pessoais durante a entressafra e o próprio período produtivo.

Não que o crédito rural seja tão imprescindível, a ponto de paralisar o crescimento da atividade agropecuária; mas, sua falta, escassez ou malversação, má utilização, má aplicação, prejudica sensivelmente o crescimento das safras, o desempenho da agricultura nacional. Pode ser medida esta dificuldade através do acúmulo de dados do crédito rural a cada período de cinco ou seis anos, para se averiguar os efeitos que a falta de crédito teve no comportamento das safras, no crescimento destas, na continuidade da atividade agrícola. Mas este não é o único fator determinante do comportamento do processo produtivo do setor primário. Influem aqui os preços de mercado, a concentração fundiária, a disponibilidade de mão-de-obra, e o próprio tecnológico da agricultura.

O desenvolvimento do agronegócio no Brasil acompanhou o crescimento da produção de grãos, iniciado em larga escala a partir de meados da década de sessenta. Antes, a economia agrícola brasileira era caracterizada pelo predomínio do café e do açúcar. Pouca importância que se dava ao projeto de se utilizar à imensa base territorial brasileira na produção de grãos. A produção de alimentos básicos, como milho, arroz e feijão eram voltado para a subsistência, e os poucos excedentes dirigidos ao mercado eram insuficientes para formar uma forte cadeia do agronegócio dentro dos moldes hoje conhecidos. O notável crescimento da produção de grãos (principalmente da soja) foi a força motriz no processo de transformação do agronegócio brasileiro e seus efeitos dinâmicos foram logo sentidos em toda a economia. Inicialmente surgiu um imenso parque industrial para a extração do óleo e do farelo da soja e outros grãos. A disponibilidade de grande quantidade de farelo de soja e milho permitiu o desenvolvimento de uma moderna e sofisticada estrutura para a produção de suínos, aves e leite, bem como a instalação de grandes frigoríficos e fábricas para a sua industrialização. Foi criado também um sistema eficiente de suprimento de insumos modernos (fertilizantes, defensivos, maquinários agrícolas etc) e uma rede de distribuição que inclui desde as grandes cadeias de supermercados até os pequenos varejistas locais..<sup>6</sup>

No período de vinte e dois anos, entre 1979 e 2001, o Crédito Rural no Brasil, contando-se a valores constantes a preços de 1995 mostrou uma involução extraordinária, como nunca se poderia esperar em uma “economia de mercado”. Enquanto queixa-se dos incentivos que os governos dos países ricos distribuem aos seus agricultores para manter o

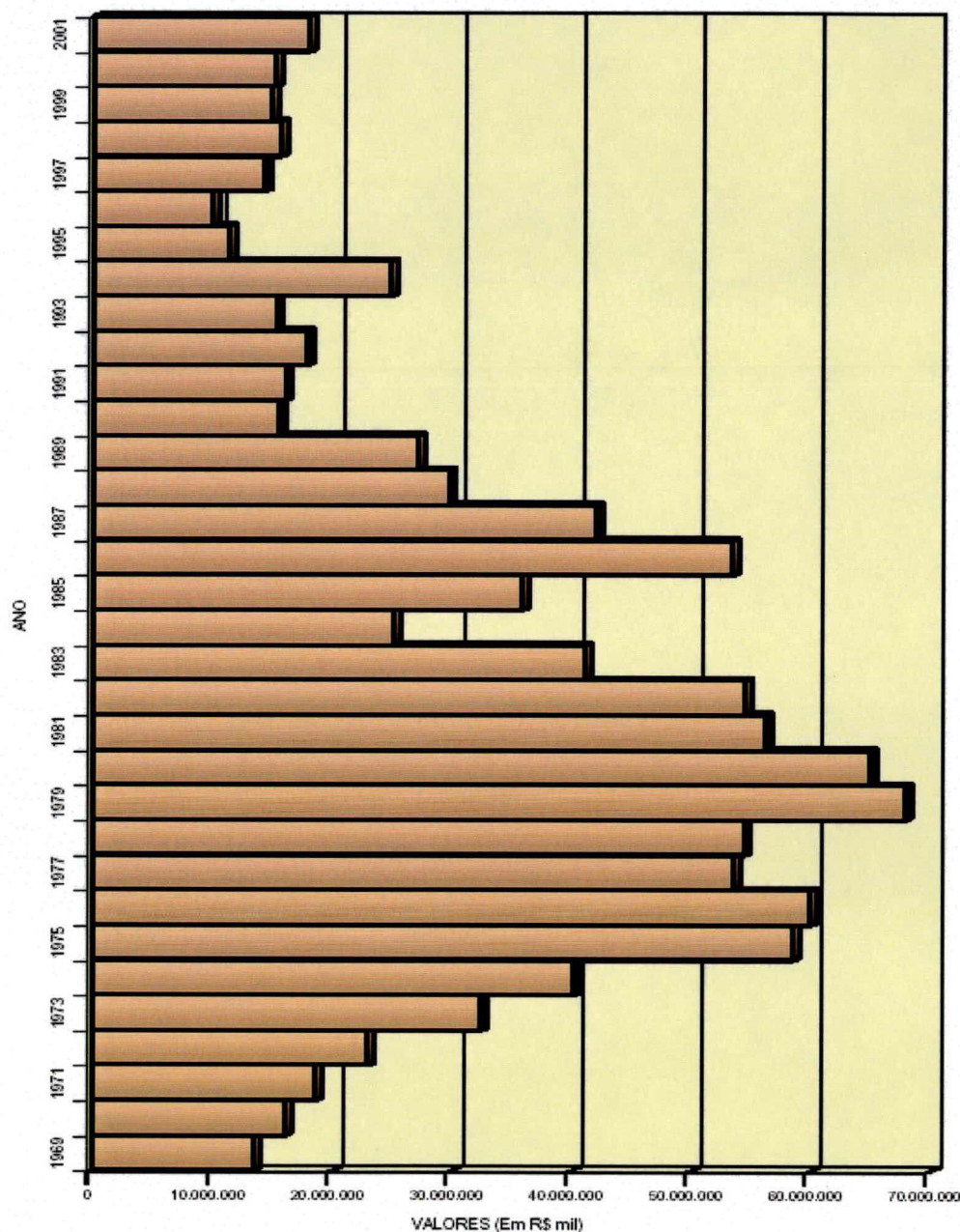
<sup>6</sup> COELHO, Carlos Nayro. *Produção agrícola brasileira*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.mre.gov.br>. Acessado em 24/11/03.

interesse produtivo e a competitividade, tira-se do setor agropecuário, não só os incentivos possíveis, mas o acesso ao próprio crédito, cortando pernas com que se move o setor primário da economia.

Assim se manifestou Sauchuk:

Seguidas frustrações de safras ocasionadas, principalmente, pela ocorrência de fatores climáticos adversos, desestimularam muitos agropecuaristas tradicionais que preferiram abandonar a atividade em face do acúmulo de prejuízos. Os riscos inerentes ao setor inibiram, igualmente, muitos empresários que mesmo desfrutando de condições ideais para exploração da agricultura resolveram atacar outras frentes de trabalho. (SAUCHUK, 1981, p. 55).

Quadro 01: Evolução dos recursos do Crédito Rural – valores constantes: Fonte: BACEN





De um volume anual de 31.565,3 milhões de reais em 1979, o crédito rural caiu para 19.596,8 milhões em 1983, 12.626,5 milhões em 1989 e para 7.087,3 milhões em 1993, apenas 22,45% do que havia sido quinze anos antes.

Comparando o volume de crédito rural oferecido pelo governo no período de 1991 a 1995 com o período de 1981 a 1985, a redução do crédito foi de sessenta por cento. Comparando este mesmo período com o período de 1976 a 1980, a queda ainda é maior, de setenta e dois por cento.

A década de oitenta apresentou um Crédito Rural, na primeira metade da década, 30% inferior ao da segunda metade da década de setenta e, na segunda metade dos anos oitenta, 22% inferior aos primeiros cinco anos da mesma década. A queda foi constante e irreversível, na década perdida.

Tabela 01: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas

**CRÉDITO RURAL**  
**FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS**

ANOS	R\$/milhões							
	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor
1994	509.449	4.677,9	216.353	1.633,4	167.605	2.610,4	893.407	8.921,7
1995	472.247	4.015,9	263.913	1.405,4	59.046	1.060,3	795.206	6.481,6
1996	646.298	4.396,5	379.820	1.508,5	13.612	388,2	1.039.730	6.293,2
1997	724.332	6.944,5	278.518	2.005,6	7.323	889,4	1.010.173	9.839,5
1998	913.066	7.460,6	480.016	2.154,0	23.235	1.519,2	1.416.317	11.133,8
1999	1.025.472	7.989,3	343.853	2.025,6	26.296	1.771,2	1.395.621	11.786,1
2000	1.050.789	8.918,8	269.941	2.334,9	28.504	2.525,8	1.349.234	13.779,5
2001	1.070.231	10.596,1	370.817	3.710,4	27.864	3.635,6	1.468.912	17.942,1
2002 (*)	1.202.708	13.574,3	492.415	4.250,3	23.638	4.018,7	1.718.761	22.443,3

Fonte: Banco Central do Brasil.

(\*) Dados provisórios

Assim, se na década de oitenta o crédito liberado pelo governo foi de trinta por cento menor que na década de setenta, na década de noventa esta liberação foi 45% menor que a década de oitenta, ou seja, 61,5% menor que o crédito liberado na década de setenta. A partir da década de oitenta, para cada unidade de medida da produção agrícola (aqui representada por uma tonelada de grãos), o governo entrava com 232,70 dólares de financiamento; na década de noventa, este crédito, já restrito, diminuiu mais ainda, para apenas 97,04 dólares, o

que representa uma redução real da participação do crédito na agricultura da ordem de 58,03% entre as décadas de oitenta para noventa. A conclusão óbvia: nossas safras agrícolas são financiadas pelos próprios produtores que, sem o suporte do crédito e tendo que enfrentar o aviltamento dos preços dos produtos por uma inflação encoberta, negada pelo governo, resulta em níveis altos de inadimplência, acumulados através dos anos, tornando impagável suas dívidas com os bancos federais.<sup>7</sup>

Para a recuperação da lavoura e obtenção de safras compatíveis com a estrutura agrária, não pensando aqui na safra de grãos, mas em toda a produção agropecuária, seria necessário reverter esse quadro, projetando-se um volume de crédito agrícola que satisfaça as exigências mínimas do plantio e colheita de uma produção pelo menos quarenta por cento superior a atual, o que corresponde ao ressarcimento da involução causada pela falta de crédito nas duas últimas décadas.

Portanto, seria necessário, de imediato, oferecer ao menos os seguintes volumes de crédito anualmente:<sup>8</sup>

#### O Crédito Rural necessário:

Milho: R\$ 315,53 x 15 milhões hectares = R\$ 4.732.950.000

Soja: R\$ 381,75 x 15 milhões hectares = R\$ 5.726.250.000

Trigo: R\$ 278,62 x 2 milhões hectares = R\$ 4.179.300.000

Café: R\$ 1774,00 x 2,5 milhões hectares = R\$ 4.360.000.000

Feijão: R\$ 1152,28 x 6 milhões hectares = R\$ 6.913.680.000

Arroz: R\$ 528,20 x 5 milhões hectares = R\$ 2.641.000.000

**TOTAL: 45,5 milhões ha = R\$ 28.553.180.000**

Este total foi construído considerando-se o dólar a 2,40 reais, o que deve ser corrigido para os 2,86 reais por dólar, elevando para cerca de 34 bilhões de reais o crédito rural hoje necessário para atender a demanda de uma safra de 40% a maior que a última safra colhida, de 96 milhões de toneladas. Seria necessário, assim, voltar aos níveis de crédito dos anos 1978/1982, pelo menos, para garantir safras de 140 milhões de toneladas, colhidas em 45,5 milhões de hectares. Mesmo assim estaria 10% abaixo do total liberado no ano de 1979! São 32 bilhões de reais para a agricultura de mercado e 5,4 bilhões para a agricultura familiar, um total de 37,4 bilhões, equivalentes a 13,2 bilhões de dólares, o que representa um aumento de

<sup>7</sup> ALVES FILHO, José Lucas. *Crédito rural e política de desenvolvimento*. Anais eletrônicos... Disponível em: [http://www.novae.inf.br/brasilalimpo/credito\\_rural.htm](http://www.novae.inf.br/brasilalimpo/credito_rural.htm). Acessado em 17/11/03

<sup>8</sup> ALVES FILHO, José Lucas. *Crédito rural e política de desenvolvimento*. Anais eletrônicos... Disponível em: [http://www.novae.inf.br/brasilalimpo/credito\\_rural.htm](http://www.novae.inf.br/brasilalimpo/credito_rural.htm). Acessado em 17/11/03



126% em relação ao ano 2001 ou de 84% em relação a media anual de recursos para o credito rural nos últimos vinte anos. O cálculo para uma safra de 140 milhões de toneladas era de 11,9 bilhões de dólares de credito rural para a agricultura mercantil, o que coincide muito apropriadamente com os créditos que o governo Lula pretende liberar este ano (R\$32 bilhões / 2,8 = 11,4 bilhões de dólares). Pode-se esperar, portanto, para a safra de 2003/2004 um total de 140 milhões de toneladas de grãos em 45 milhões de hectares plantados.<sup>9</sup>

É importante salientar que o comportamento das vendas domésticas de máquinas agrícolas está intimamente relacionado ao desempenho da agricultura e à disponibilidade de crédito agrícola.

Percebe-se que o setor de máquinas agrícolas tem um grande potencial de crescimento no mercado interno quando se verifica a idade da maioria das máquinas. Pode-se afirmar que as frotas nacionais de tratores e colheitadeiras estão de certo modo sucataadas, visto que a vida útil estimada para tratores é de seis anos e para uma colheitadeira é de doze anos e a maioria das máquinas no País tem hoje em torno de oito e quinze anos respectivamente.

Estima-se que seriam necessários 55 mil novos tratores para repor a parte da frota que se encontra sucataada. Cabe mencionar que a frota nacional de tratores de rodas está estimada em aproximadamente 540 mil veículos e a de colheitadeiras em 64 mil unidades. Uma produção de 55 mil tratores atualmente representa 100% a maior nas vendas de tratores dos últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Esta será a redenção do Agrobusiness, como se costuma denominar a agropecuária mercantil.<sup>10</sup>

Uma retomada da atividade industrial das industrias de maquinas agrícolas pode ser o começo da retomada da produção industrial em geral. Com o crescimento das safras agrícolas também é acionada a industria de caminhões para transporte dessa safra, consequência natural da política agrícola. E daí, as novas esperanças de crescimento da industria automobilística como um todo.

O credito agrícola serve como alavancagem dessa economia, apesar de um esforço de controle cambial e inflacionário que prejudica a mesma retomada produtiva. É preciso reconhecer a atitude correta do governo nesta questão, da mesma forma como pode-se reconhecer as faltas em outros aspectos da política econômica atual do governo. E este deve ser o comportamento dos movimentos sociais que querem a reforma do Estado e de sua política econômica.

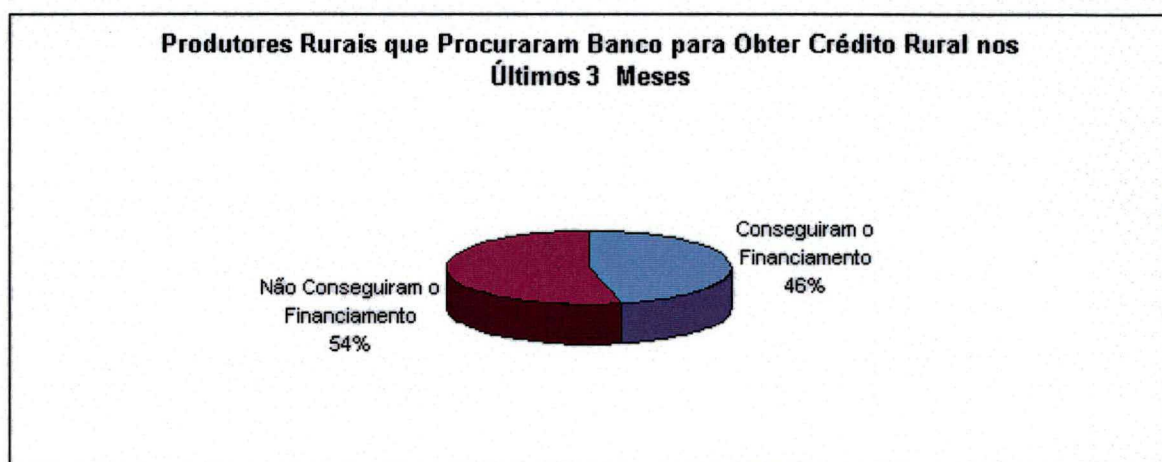
<sup>9</sup> ALVES FILHO, José Lucas. *Crédito rural e política de desenvolvimento*. Anais eletrônicos... Disponível em: [http://www.novae.inf.br/brasilalimpo/credito\\_rural.htm](http://www.novae.inf.br/brasilalimpo/credito_rural.htm). Acessado em 17/11/03

<sup>10</sup> ALVES FILHO, José Lucas. *Crédito rural e política de desenvolvimento*. Anais eletrônicos... Disponível em: [http://www.novae.inf.br/brasilalimpo/credito\\_rural.htm](http://www.novae.inf.br/brasilalimpo/credito_rural.htm). Acessado em 17/11/03

Muitos sofrem com “quebras” nas safras ou com doenças que atacam as criações e que acabam com a lucratividade, impossibilitando o pagamento do crédito rural obtido. No Brasil, existem mais de 1 milhão de agricultores que poderiam e deveriam ser beneficiados com uma política de crédito rural. Estes pequenos produtores rurais poderiam incrementar a produção mas, por não estarem aptos a receber incentivos de crédito, continuam a produzir muito menos do que o necessário, muitas vezes, para a própria subsistência.

Em recente pesquisa feita pela CNA – Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil, pode-se perceber que daqueles ruralistas que ainda insistem em procurar o sistema financeiro para obter financeiros mais de metade não obtêm financiamento.

Quadro 02: Produtores que procuraram Banco para obter financiamento



Fonte: CNA (Produtores Consultados – 5577)

Atualmente, o número estimado dos produtores rurais que tenha acesso ao crédito é cerca de 15%. Isto é muito pouco, tendo em vista uma potencialidade gigantesca para o aumento da produção do País e uma crescente demanda por produtos agropecuários, não só no Brasil, mas em todo o mundo, o que representa um aumento constante no potencial de exportação.

Parece ser unânime que a estrutura fundiária brasileira carece de modernização. Tal constatação não é comum só aos seguimentos políticos de esquerda, mas aos mais variados setores políticos e empresariais, que já percebem a urgência de adequar a estrutura fundiária às necessidades sociais e econômicas de uma economia de escala, que chega ao século XXI com graves resquícios de uma estrutura feudal(ou pré-capitalista, para quem gosta de eufemismos), sobretudo no que tange à ênfase na produção exportadora e na constante concentração de riquezas.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> WILDMANN, Igor Pantuzza. *Crédito Rural: teoria, prática, legislação e jurisprudência*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 1 a 2.



Há um engodo terrível, quanto à reforma agrária, frutificando nos meios de a oferta de crédito oficial reduziu-se drasticamente e foram buscadas novas alternativas de financiamentos, com fontes não inflacionárias de recursos.

Segundo informações do Banco do Brasil S.A., de tudo o que se produz na área rural, 60% são com recursos próprios, 28% são financiados pelo SFN e 12% são financiados pela cadeia produtiva (concessão de prazo para pagamento). O Banco do Brasil participa com 50% do que é financiado via SFN. Já tendo participado com 80%.A agropecuária no Brasil é pouco assistida com relação ao crédito. Ela se financia mais por intermédio da cadeia produtiva (prazo para pagar fornecedores).

O Brasil possui vocação agrícola natural. Embora existam bolsões de concentração industrial, nossas exportações dos principais produtos de origem agropecuária participaram com 36% do valor das exportações totais no período de outubro de 2001 a agosto de 2002 (Fundação Getúlio Vargas).

### 3. PROBLEMA DO ENDIVIDAMENTO DO SETOR AGRÍCOLA BRASILEIRO

O agricultor brasileiro enfrenta uma realidade dura de mercado sem ajuda artificial para isso, enquanto os agricultores dos países desenvolvidos, mesmo ineficientes na produção, no fim do processo, colhem generosos subsídios que seus governos lhes dão. Competindo com produtores europeus e norte americanos, que contam com um subsídio cada vez maior, ainda assim, a agricultura brasileira sobrevive.

A forma mais eficaz de o Estado ajudar a agropecuária brasileira, de modo a aumentar a renda rural, gerar empregos, divisas, alimentos de qualidade e acessíveis à população em geral, é por intermédio do fornecimento de crédito e informações (zoneamento, divulgação de novas tecnologias, linhas de créditos, perspectivas de mercado, etc). É disso que o empresário da agropecuária, seja ele pequeno, médio ou grande, necessita para prosperar na sua atividade.

A operação de crédito rural não é uma operação de mercado financeiro, a despeito de o financiamento de crédito rural ser uma operação de crédito praticada pelos agentes integrantes do sistema financeiro nacional, não se caracteriza, em sua essência, como operação de mercado. Toda a problemática vivida pelo setor rural reside, em sua maior parte, no fato de o entendimento emprestado aos contratos da espécie ter ido beber em fonte avessa à natureza jurídica da operação, ou seja, no direito comercial. Em não sendo uma operação de mercado financeiro, não está e nem pode estar sujeita às regras, mormente de encargos financeiros, comuns a operações praticadas nesse âmbito.<sup>12</sup>

O crédito rural ao se sujeitar a uma legislação especial, na qual se observa que os recursos a ele destinados decorrem de varias fontes, até mesmo públicas tendo, inclusive, os financiadores a compulsoriedade nesta aplicação, objetivando oportunizar ao produtor rural o seu fortalecimento econômico e conseqüente benefício social, se mostra como uma linha de financiamento inconfundível com as demais que movimentam os contratos bancários em geral. Acrescente-se mais que a questão de as taxas de juros estarem totalmente sujeitas à disciplina da autoridade monetária competente, e não ao interesse do financiador, de a cédula rural ser um título de natureza civil e, de muitos agentes não integrantes do sistema financeiro nacional poderem transacionar com tais créditos. Tudo isso leva a conclusão irrefutável de tratar o crédito rural de financiamento totalmente diferente do comercial, exigindo aplicação de princípios legais específicos.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> PEREIRA, Lutero de Paiva. *Securitização e Crédito Rural*. Curitiba: Juruá, 1997.pág. 21

<sup>13</sup> PEREIRA, Lutero de Paiva. *Securitização e Crédito Rural*. Curitiba: Juruá, 1997.pág. 27



Simplemente elevar os preços do produto agrícola para evitar prejuízo e desestímulo ao produtor quando do cumprimento do contrato representaria não alcançar o bem-estar do povo a que se propõe o próprio crédito rural, ante a carestia que implementaria na produção primária. Buscando evitar situação desta natureza o crédito rural elegeu reger-se então por dois pontos principais, quais sejam: fixação das taxas de juros em índices menores do que os praticados nos demais empréstimos bancários e, capitalização dos encargos em interstício temporal mais longo.<sup>14</sup>

### 3.1 A década de 80

A origem do endividamento setorial está relacionada com a ruptura do padrão de financiamento da economia brasileira vigente até a década de 1970, baseado na poupança externa. As duas crises do petróleo, combinadas com a elevação dos juros internos e externos, foram os elementos impulsionadores dessa ruptura.

Por conta desses fatores, a economia brasileira passou a enfrentar trajetória de altas taxas inflacionárias acompanhadas de um forte quadro recessivo. No diagnóstico da crise, oportunisticamente, os governos da época elegeram os subsídios concedidos à agricultura como os grandes vilões da deterioração das contas públicas e, por conseguinte, dos desajustes da economia.

A crise do Estado no Brasil durante os anos oitenta não pode dispensar uma interpretação de natureza política onde forças sociais organizadas contestam o sistema de controle sobre o Estado. O aspecto relevante para o nosso contexto está no esgotamento da capacidade autônoma do Estado de promover grandes transferências de renda sem o controle dos mecanismos de representação política da sociedade e na natureza da crise de endividamento externa do Estado que o obrigou a se financiar domesticamente comprometendo assim uma grande parte de suas despesas com o pagamento de juros. A legitimidade do Estado intervir no domínio econômico é que ficou comprometida. Isto se manifesta no SNCR pela introdução dos mecanismos de indexação monetária e de uma taxa real de juros elevada que compromete toda a consistência dos mecanismos de racionamento descritos acima. Os produtores que não anteciparam as implicações das mudanças entram em graves crises de inadimplência, agravadas ainda mais pelos sucessivos fracassos dos planos heterodoxos de controle da hiperinflação, quando os indicadores legais de indexação

<sup>14</sup> PEREIRA, Lutero de Paiva. *Securitização e Crédito Rural*. Curitiba: Juruá, 1997.pág. 68

monetária dos contratos de crédito rural sofrem variações incompatíveis com o comportamento dos preços relativos dos produtos agrícolas determinados por mercados mais competitivos e, principalmente, sem a intervenção do Estado, agora impotente, comprometido em programas de equilíbrio fiscal.<sup>15</sup>

As mudanças no modelo de crédito rural não conseguiram ser assimiladas pelos setores produtivos da agricultura, dada a assimetria verificada entre a evolução dos custos dos financiamentos e as receitas geradas pela atividade. Daí, como fato inexorável, a configuração de um processo crescente de comprometimento patrimonial e de renda do setor, alimentando assim, o progressivo endividamento agrícola.

Não é à toa que, a partir daquele momento, pela primeira vez na história do país, observa-se a extinção de estabelecimentos agrícolas no Brasil. O censo agropecuário de 1996 registra o desaparecimento de cerca de 942 mil estabelecimentos entre 1985 e 1996, sendo 96% (906 mil), com áreas inferiores a 100 hectares. Cerca de 400 mil dos 906 mil pequenos estabelecimentos, sumiram nos dois primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso, o que indica a intensificação da crise agrícola no período recente.

Por conta desse processo, 21.3 milhões de ha deixaram de ser cultivados entre 1985 e 1996 e, nesse mesmo período, o pessoal ocupado na atividade agrícola foi reduzido em 5.5 milhões de trabalhadores. Os fatos demonstram a magnitude da crise da agricultura brasileira forjada nesse período, com reflexos fortemente desmobilizadoras das forças produtivas do setor, com ênfase, conforme os dados do IBGE.

Os comentários anteriores servem para atestar que o endividamento agrícola, associado a outros efeitos da crise setorial, decorrem, em última instância, do modelo agrícola implantado na década de 80. Essa constatação é relevante para mostrar que o enfrentamento definitivo das causas da inadimplência do setor pressupõe a reorientação sistêmica da política agrícola de forma a negar os seus fundamentos atuais, e visando o resgate das funções estratégicas da atividade agrícola.

### 3.2 A Comissão Parlamentar de Inquérito

A questão do endividamento da agricultura constitui um forte efeito colateral da inserção da agricultura no projeto neoliberal que, ademais do comprometimento da dinâmica

<sup>15</sup>DIAS, Guilherme Leite da Silva. *Política de Crédito Rural*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/prior/desrural/brasil/dias>. Acessado em 20/11/03.



produtiva setorial, tem se colocado subjacentemente, como fator alimentador da dantesca crise social brasileira, dado os reflexos sistêmicos do fenômeno, desde o agrário. O tema passou a assumir tamanha relevância que foi incluído na agenda política nacional, levando, inclusive, à criação, em 1993, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional (CPMI), destinada a investigar as suas causas e apontar soluções para o problema.

Naquela oportunidade pode-se ver transitar personalidades ilustres a prestar depoimentos no mínimo históricos a cerca do endividamento da agricultura, alguns deles transcritos por Ricardo Barbosa Alfonsin, às pág. 16/17, como podemos ver:

"É preciso que essa ilegalidade seja reconhecida. Em sendo, como vou me opor, como vou defender o que é contra a lei? Isto é inviável." "Todos sabem que o Sistema Financeiro tem lucros exorbitantes, e, portanto, que medidas devem ser tomadas para reequilibrar." "É o que se faz com o compulsório em geral, e, mais ainda, com os recursos captados a custo zero emprestados a juros de mercado. Qualquer medida que eu tome nessa direção - estou com cócegas na mão para tomá-la - afetará diretamente os bancos oficiais, que movem a maior parte destes recursos." "Só há uma saída: recolocar a agricultura em nível de produtividade e de preços que permita resolver a questão do endividamento". Fernando Henrique Cardoso - então Ministro da Fazenda

"Concordo totalmente, os banqueiros foram os que ganharam mais nisso. É verdade. Inclusive o Banco do Brasil. Uma parte do lucro do Banco foi para a Fundação Banco do Brasil, para mil coisas, voltou para o próprio governo, foi distribuído em ações: na verdade, o Sistema Financeiro, foi quem mais se apropriou." "Sobre se eu pagaria na forma como está aí, creio que nem eu nem ninguém pagaria. Se alguém se endividou num determinado valor, aplicadas aquelas taxas sobre aquele valor, a dívida, torna-se incobrável. E, pior do que tudo, assustador, porque cada vez que o cliente pede informações ele fica mais apavorado ainda, porque se incorporam outras taxas contratuais". "Temos certeza de que a forma, em determinadas áreas dos custos financeiros que estão se introduzindo é como dar uma injeção de veneno na veia de quem está tomando crédito." "Então, os cálculos feitos na ponta são aqueles dos contratos, contratos verdadeiramente malucos. O ideal seria que esses contratos pudessem ser revistos e estabelecidos dentro de uma racionalidade econômica. Alcir Calliari - Presidente do Banco do Brasil à época da CPI

Embora a referida CPI, com o aval das autoridades constituídas, tenha reconhecido que o endividamento do setor rural decorre de distorcido procedimento das instituições financeiras, nada até hoje foi feito para equacionar o problema.

Em artigo escrito pelo então Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Paulo Brossard, publicado no jornal Zero Hora no dia 23/09/1993, assim se manifestou:

Ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o endividamento dos agricultores, o presidente do Banco do Brasil prestou informações da maior importância, capazes mesmo de justificar o encerramento dos trabalhos da CPI, pois o que devia ser investigado e, quiçá, apurado, foi confessado lisamente por autoridade competente e insuspeita. As suas declarações são tão claras e peremptórias que, em qualquer país do mundo, teriam mudado a face das coisas em 24 horas. Aqui não aconteceu nada, foi como se nada tivesse declarado, ou se até tivesse declarado o contrário do que efetivamente disse. Se não estou enganado, essa impermeabilidade a administração, mesmo em face da administração, mesmo em face das evidências mais vigorosas, é que está gerando um clima de revolta e indignação contra tudo e contra todos.

Se o presidente do Banco do Brasil declara, por exemplo, que o descompasso entre os índices dos preços e os financiamentos criou a impossibilidade de seu pagamento pelos produtores se o presidente do Banco do Brasil reconhece a impossibilidade do pagamento desses financiamentos, a questão está colocada de maneira incortornável, pois impossibilidade de pagamento significa que os pagamentos não serão feitos. Neste caso, tudo o mais é supérfluo. Diante da realidade em questão foi imposta, ou se mudam as condições dos financiamentos de maneira que eles possam ser pagos, ou a que situações se chegará? Insolvência coletiva, ao abandono da agricultura, à importação sistemática de alimentos? O fato é que não pode permanecer o *status quo*. Nem prolongar-se por mais tempo. A situação já extremamente grave agravar-se-á, sem proveito para ninguém e com prejuízo para todos. (Alfonsin, 2000, p. 17/18)

Segundo dados do Banco do Brasil S.A., a agricultura deve R\$ 45 bilhões para o sistema bancário, sendo R\$ 13 bilhões para o BB, R\$ 12 bilhões para o Tesouro e R\$ 20 bilhões para os bancos privados.

### 3.3 Desvio de Finalidade

O crédito rural é a única das modalidades de financiamento praticado pelo sistema financeiro onde a legislação especial demonstra que todo o seu disciplinamento está voltado para o interesse do tomador. O traçado da política agrícola da qual faz parte o crédito, o seguro, os preços mínimos, a comercialização enfim, tudo o que é pertinente ao desenvolvimento da atividade campesina, leva em conta o bem-estar daquele que labora as



duras lidas do campo. O fortalecimento econômico do tomador é um dos objetivos principais a ser alcançado na concessão do crédito rural.<sup>16</sup>

Quando os meios de comunicação noticiam a problemática das dívidas agrícolas é, quase que sempre, tendenciosa a caracterizar que tais dívidas só existem devido a falta de capacidade administrativa do próprio produtor ou pior, por ter este utilizado os recursos para outros fins que não o plantio da lavoura. No entanto, o desvio de finalidade, que pode sim ter sido cometido pelo produtor em muito também foi, e em número muito maior, utilizado pelo próprio financiador ou formalizar nova operação para liquidar operação em vias de vencer.

Para exemplificar o cometimento dessas irregularidades por qualquer dos figurantes do financiamento, basta trazer à luz as seguintes probabilidades. No caso de irregularidade perpetrada pelo financiado é possível o crédito ser levantado e, contrariamente ao disposto no contrato, aplicado em fins estranhos à destinação, sem que disto tome conhecimento, a princípio, ou participe diretamente o financiador. Por outro lado, sob o prisma do financiador o desvio de finalidade do crédito poderá ocorrer sem a participação ativa do financiado, quando o financiamento é liberado em sua conta corrente e, ato contínuo, sem autorização escrita do titular, nela são lançados pelo agente financiador valores a débito originários de outros contratos. Tal fato impede que o crédito seja utilizado nos fins convencionados, prestando-se somente ao pagamento de dívidas estranhas ao contrato.<sup>17</sup>

Como dispõe o Manual de Crédito Rural subscrito pelo Banco Central do Brasil, Autoridade competente para disciplinar a matéria, ante a comprovação de desvio de finalidade do crédito promovida pelo mutuário, severas sanções atingem sua pessoa, bem assim o contrato, indo do impedimento para tomar novos créditos da mesma linha até a desclassificação da operação do título contábil crédito rural, com perdas dos privilégios financeiros inerentes à espécie.

Ora, se tais penalidades são previstas contra o tomador/infrator, não se pode aceitar que não seja dado o mesmo tratamento ao prestador que infringe o mesmo preceito legal com o fim único de se ressarcir de outros débitos. No entanto, tal não ocorre, o único a ser penalizado é o tomador enquanto o prestador, real beneficiário pois, não teve aqueles débitos lançados como prejuízo em sua contabilidade e portanto aos olhos do mercado foi um Banco lucrativo, não sofre qualquer penalidade, nem tão pouco manifestações contrárias nos meios de comunicação.

<sup>16</sup> PEREIRA, Lutero de Paiva. *Crédito Rural: escritura pública de confissão de dívida*. Curitiba: Juruá. 1999. Pág. 54

<sup>17</sup> PEREIRA, Lutero de Paiva. *Crédito Rural, questões controvertidas* 2ª ed. Curitiba: Juruá, 1999. pág. 100

A prorrogação do vencimento da dívida é direito do mutuário, desde que comprovada a falta de capacidade de adimplemento por motivos alheios a sua vontade. Assim se manifestou Lutero de Paiva Pereira:

Como a Remuneração do financiador é plenamente assegurada nos termos primitivamente acordados, isto garante a manutenção do ganho do financiador sem qualquer perda. Com efeito, segundo estabelece o MCR 2.6.9 a prorrogação da dívida dar-se-á “aos mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito”, preservando assim o caráter de mútuo feneratício. Desta forma, a modificação do cronograma de pagamento preserva o ganho do mutuante, ao mesmo tempo em que oportuniza ao mutuário um momento mais adequado para cumprimento do pacto. Ao prescrever este direito do mutuário e este dever do mutuante de readequar o cronograma de pagamento anteriormente fixado às novas situações fáticas, Manual de Crédito Rural indiretamente está laborando em prol do social. Com efeito, sem uma sólida e eficaz estrutura produtiva não se pode pensar ou mesmo sonhar em realização do bem comum.( PEREIRA, Lutero de Paiva. *Crédito Rural: escritura pública de confissão de dívida*. Curitiba: Juruá. 1999. Pág. 62.

A herança negativa que o setor agrícola registra não tem causa somente nos planos de estabilização econômica que o País experimentou nos últimos tempos. Aliado direto deste destruidor da economia rural nacional, o tratamento jurídico dispensado aos contratos bancários que sustentam os financiamentos rurais é outro algoz do segmento primário.<sup>18</sup>

Os contratos de crédito rural são contratos regidos por legislação própria e assim não podem ser tratados como operações comerciais comuns. O crédito rural se presta ao fazimento do bem-comum e ao estabelecimento da ordem pública, tendo por isto mesmo contornos perceptíveis de função social.

---

<sup>18</sup> PEREIRA, Lutero de Paiva. *Crédito Rural: escritura pública de confissão de dívida*. Curitiba: Juruá. 1999. Pág. 83



#### 4 A SECURITIZAÇÃO

O ano de 1995 foi muito difícil para os agricultores e autoridades monetárias. O elevado endividamento e o baixo nível de renda prejudicaram seriamente a capacidade de pagamento desses agricultores. Tais fatos tiveram origem em meados dos anos 80 e tornaram-se graves no início dos anos 90, com escassez de recursos e o freqüente desencontro entre os índices de correção dos preços mínimos e de atualização dos saldos devedores dos empréstimos. Em função disso, ocorreu em 1995 um demorado e desgastante processo de negociação entre lideranças rurais e governo.<sup>19</sup>

Nesse contexto, surgiu a Lei 9.138, de 29.11.95, que, em seu art. 5º, estabelece: "São as instituições e os agentes financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural, instituído pela Lei 4.829, de 5.11.65, autorizados a proceder ao alongamento de dívidas originárias de crédito rural, contraídas por produtores rurais, suas associações, cooperativas e condomínios, inclusive as já renegociadas, relativas às seguintes operações, realizadas até 20.06.95." Nos dispositivos seguintes, a Lei define outros requisitos, a forma e as condições do alongamento da dívida. Embora o teor literal dessa norma possa sugerir que é faculdade e não obrigação das instituições e agentes financeiros o alongamento das dívidas originárias de crédito rural, essa não pode ser e não é a melhor interpretação do texto legal. Com efeito, sabe-se que, para compreender o significado e fixar o alcance da norma jurídica, não pode o intérprete ater-se unicamente ao seu teor literal. A interpretação da Lei deve sempre atender aos fins sociais a que ela se destina (art. 5º da Lei de Introdução ao CC). Para tanto, no desempenho de sua tarefa o hermeneuta não pode prescindir da conjugação dos vários métodos de interpretação da norma jurídica.<sup>20</sup>

Assim é que, a compreensão dos dispositivos da Lei 9.138, de 29.11.95, não pode contrariar os princípios (método lógico-sistemático) insculpidos na CF de 1988 (art. 192, caput) e nas leis infraconstitucionais que regulamentam o SFN (Lei 4.595/64) e o SNCR (Lei 4.829/65), nem pode olvidar que a sua elaboração foi decorrente da necessidade de mitigar os efeitos nocivos do endividamento dos produtores rurais ao desenvolvimento equilibrado do País e aos interesses da coletividade (método histórico). Ao dispor sobre o alongamento da dívida originária do crédito rural e definir os requisitos para os devedores obterem esse

<sup>19</sup> Araujo, Paulo Fernando Cidade de. *Financiamento e Crédito Rural*. Preços Agrícolas 03/00. Pág. 04

<sup>20</sup> DIAS, Guilherme Leite da Silva. *Política de Crédito Rural*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/prior/desrural/brasil/dias>. Acessado em 20/11/03.

benefício, a Lei criou para estes, portanto, um direito subjetivo que, em última análise, atende ao interesse coletivo da produção de alimentos.<sup>21</sup>

Note-se que, quando a Lei 9.138/95 quis criar uma faculdade e não uma obrigação às instituições financeiras, ela o fez expressamente, dispondo no art. 4o, caput, que estas poderiam conceder novos financiamentos rurais sob a modalidade de crédito rotativo. Porém, com relação às operações de crédito rural realizadas até 20.06.95, apesar da terminologia equivocada utilizada pelo legislador no art. 5o, caput, não pode haver dúvida de que é direito subjetivo do financiado ou devedor obter o alongamento da dívida, se preenchidos os requisitos legais. Tanto é assim que os parágrafos 3o, 4o e 5o desse mesmo artigo estão redigidos de modo a afirmar esse direito dos produtores rurais, estabelecendo que "serão objeto do alongamento a que se refere o caput as operações contratadas..."; "os saldos devedores apurados, que se enquadrem no limite de alongamento previsto no parágrafo 3o, terão seus vencimentos alongados..." e "os saldos devedores apurados, que não se enquadrem no limite de alongamento estabelecido no parágrafo 3o, terão alongada a parcela..."<sup>22</sup>

A Resolução 2.238, do BC, baixada em cumprimento de deliberação do CMN e que dispôs sobre condições e procedimentos a serem observados na formalização das operações de alongamento de dívida originárias de crédito rural, de que trata a Lei 9.138/95, não esconde o caráter obrigatório dessa providência, para as instituições financeiras, pois em seu art. 1o, IX, previu que na hipótese de saldo devedor consolidado superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), o beneficiário tem direito ao alongamento até aquele montante. Esclarece essa resolução, também, em seus arts. 14 e 16, que a chamada securitização da dívida nada mais é do que a transferência dos créditos rurais das instituições financeiras ao Tesouro Nacional, em troca de títulos públicos.

A Securitização atualizou os débitos até 30.11.95, o que resultou no incremento na conta do Plano Real de 56%. Além disso, na maioria dos casos, o Banco do Brasil obrigava os mutuários a aceitar o diferencial do Plano Collor I e mais honorários advocatícios, embora a lei assim não estabelecesse. Ainda, os cálculos eram feitos nem sempre buscando a origem da dívida, conforme determinava a Lei, resultando disto que foram embutidos nos cálculos juros elevadíssimos muito acima dos 12% legalmente previstos.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> DIAS, Guilherme Leite da Silva. *Política de Crédito Rural*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/prior/desrural/brasil/dias>. Acessado em 20/11/03.

<sup>22</sup> DIAS, Guilherme Leite da Silva. *Política de Crédito Rural*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/prior/desrural/brasil/dias>. Acessado em 20/11/03.

<sup>23</sup> ALFONSIN, Ricardo Barbosa. *Crédito rural: questões polêmicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2000. P. 19



Tabela 02: Perfil das Dívidas Agrícolas Securitizadas

Intervalo - R\$	Nº Mutuários	%	Valor em R\$ mil	%
1 a 10.000	52.547	47.5	238.940	3.5
10.001 a 50.000	44.547	30.4	1.076.560	15.8
50.001 a 200.000	24.268	16.5	2.516.860	37.0
200.001 a 500.000	7.586	5.2	1.904.410	28.0
500.001 a 1.000.000	162	0.1	108.780	1.6
Acima de 1.000.000	172	0.1	958.960	14.1
Total	146.292	100	6.804.530	100

Fonte: Banco do Brasil

Da Tabela acima, deduz-se que 77.9% dos mutuários da securitização envolveram saldos devedores de até R\$ 50 mil, na data de 20.06.95, o que correspondeu a 39.4% do total de recursos envolvidos no programa, ou R\$ 1.315,5 mil. Quase 50% dos beneficiários do programa concentravam saldos devedores de até R\$ 10 mil, equivalendo, no entanto, a apenas 23.6% dos recursos totais objetos do alongamento. Enquanto isso, os mutuários acima de R\$ 1 milhão, com fração de R\$ 200 mil incluídas no programa representaram 0.1% do total dos mutuários, concentrando, no entanto, 14.1% dos recursos alongados.

Em que pese a evidência da concentração do programa, em termos de valor, não se pode ignorar o contingente expressivo de pequenos devedores que contrataram o programa.

No Programa de Securitização da Dívida, cujo público alvo são agricultores com débitos inferiores a R\$200 mil, o Tesouro Nacional compromete a emitir títulos para garantir os contratos firmados entre agricultores e bancos, entre os quais destaca-se o Banco do Brasil. Os juros 3% ao ano mais variação do preço mínimo e o prazo é até 2025.

## 5 O PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS - PESA

Uma vez alongados os débitos rurais até o montante de R\$ 200.000,00 em condições especiais, os problemas da inadimplência continuaram a ocorrer naquelas com valores superiores aquele limite

As autoridades monetárias estabeleceram, pela Resolução 2.471 o Programa de Saneamento de Ativos Financeiros – PESA, cujas operações tiveram início em 1998. Tal programa é destinado a agricultores com débitos superiores a R\$ 200 mil.

O Programa Especial de Saneamento de Ativos é dirigido a um público diferente: grandes agricultores com dívidas superiores ao limite da securitização. No PESA o agricultor vai ao Tesouro Nacional e adquire títulos (resgatáveis após 20 anos) no valor correspondente a 10,37% do valor de sua dívida junto ao banco. Em seguida, entrega ao banco os títulos do Tesouro como garantia da dívida mais a hipoteca de uma propriedade como garantia dos encargos devidos, assinando contrato para pagar juros sobre a dívida durante 20 anos. Os juros nominais são de 3%, 4% e 5% ao ano sobre o principal, cujo valor é atualizado ano a ano pela variação do IGP-M.<sup>24</sup>

A Resolução CMN nº 2.471/98 autoriza a renegociação de dívidas originárias de crédito rural sob condições especiais, vedada a equalização de encargos financeiros pelo Tesouro Nacional. Esta renegociação está condicionada à aquisição, pelos devedores, por intermédio da instituição financeira credora, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, os quais devem ser entregues ao credor em garantia do principal. O CTN, para efeito de utilização para pagamento da dívida, é considerado pelo valor de face, R\$ 1.000,00, mas é adquirido, na forma prevista pela legislação, pelo seu preço unitário descontado por 20 anos (prazo do CTN), totalizando R\$ 103,67. Desta forma, o mutuário paga, nesta modalidade de renegociação, 10,37% pelo principal de sua dívida, ficando devedor dos juros durante o período alongado.<sup>25</sup>

O pior é que não são 10,37% de que deverá dispor o produtor, pois na maioria dos casos terá que adicionar a isto os 10% de honorários, mais as custas judiciais que podem chegar a outros 10%, sem falar dos honorários do seu próprio advogado, resultando na necessidade imediata de um aporte de 30% sobre o débito.

<sup>24</sup> ARAUJO, Paulo Fernando de. *Crédito rural e endividamento em período recente*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://pa.esalq.usp.br>. Acessado em 10/10/2003.

<sup>25</sup> Secretária do Tesouro Nacional – STN: [http://www.stn.fazenda.gov.br/servicos/faq/faq\\_dp\\_securitizacao.asp](http://www.stn.fazenda.gov.br/servicos/faq/faq_dp_securitizacao.asp)



Nesta operação, as taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras variam entre 8% a 10% a.a.- observando-se o desconto previsto no art. 6º da Resolução CMN n.º 2.666/99 - em função do valor da dívida, sendo tanto maior quanto maior o montante apurado. O pagamento pode ser negociado com as instituições financeiras de acordo com o fluxo de receitas do mutuário, desde que com uma periodicidade máxima de um ano.

Uma vez apurado o saldo devedor e renegociada a dívida nas condições da Resolução n.º 2.471/98, a instituição financeira calcula a quantidade de CTN necessários para concluir a operação e formaliza ao Tesouro Nacional a solicitação dos títulos para serem emitidos para esse fim, em nome dos mutuários. Em síntese, esta operação corresponde a uma compra de títulos do Tesouro Nacional por parte dos mutuários do crédito agrícola, ativos estes próprios a satisfazerem o principal dessa dívida junto à instituição financeira, ficando o mutuário com a obrigação de pagamento dos juros acessórios durante a vigência da renegociação (20 anos).

É voz corrente no meio empresarial que busca solucionar seus passivos financeiros junto aos integrantes do sistema nacional de crédito rural através deste tipo de negociação, que a compra e conseqüente entrega dos títulos ao agente financeiro implica, por si só, na liquidação do débito.

Ao término dos vinte anos da prorrogação e após haver pago todos os juros estabelecidos no contrato, o devedor ainda não virá quitado o principal da dívida, pois para que haja efetiva liquidação do débito os CTN's que foram dados em garantia deverão ser resgatados ou recomprados pelo Tesouro Nacional. Somente com a recompra pelo Governo e esta realizada pelo valor de face e seus respectivos encargos financeiros é que efetivamente a dívida estará solucionada em definitivo.

Tabela 03: Perfil das Dívidas Agrícolas Alongadas pelo PESA

Intervalo - R\$	Nº Mutuários	%	Valor em R\$ mil	%
até 200.000	2.359	65.5	149.270	7.1
200.001 a 500.000	634	17.6	204.850	9.7
500.001 a 1.000.000	282	7.8	195.570	9.3
1.000.001 a 2.000.000	166	4.6	230.680	10.9
Acima de 2.000.000	163	4.6	1.329.070	63.0
Total	3.604		2.109.440	

Fonte: Banco do Brasil

A conclusão que se extrai é que a solução que se destinaria ao produtor, na verdade, está possibilitando ao banco lastrear o principal de dívida impagável com títulos públicos, o que equivalerá ao recebimento da mesma. Quanto aos juros, mesmo com as taxas atuais de

6%, 7% e 8% ao ano e IGP-M, no prazo de 20 anos, tem-se que tais encargos não encontram parâmetros no mundo, pois dívidas em longo prazo têm taxas baixíssimas. Tal solução também é interessantíssima ao Governo, que captará R\$ 7 bilhões a um bom custo pela venda dos títulos. Ao produtor, por sua vez, permanecem as ilegalidades que foram as causadoras do endividamento e a insegurança de novos desequilíbrios. Lastima-se ainda que a integralidade daqueles que aderem ao programa tem permanecido, na prática, excluída do crédito oficial.<sup>26</sup>

Embora a forma legal tenha sido adequada, faltou a competente fiscalização do Banco Central do Brasil na implementação da lei, de modo a coibir abusos praticados por muitos agentes financeiros, que continuaram mantendo no saldo devedor outros débitos que deveriam ser expurgados, como multa, mora, honorários advocatícios, seguros e capitalização de juros em desacordo com o Decreto-lei 167, entre outros.

Com o objetivo de melhorar o balanço das instituições financeiras federais, o Executivo editou a Medida Provisória nº 2.196 que, entre outros itens, transferiu ao Tesouro Nacional as dívidas rurais Securitizadas e as do Programa Especial de Saneamento de Ativo. Sua justificativa é de que este procedimento fortalecerá o Sistema Financeiro Nacional, retirando dos balanços dos bancos federais créditos de baixa remuneração ou de difícil recuperação. Na verdade, o Governo reconhece, com esta medida, que os ativos assumidos pela União são de difícil recuperação, mas não estende qualquer benefício ao devedor. Para o Ministério da Fazenda, a simples troca do credor da dívida é suficiente para que o devedor passe a honrá-la, dali para frente.

Para implementar este programa de recuperação financeira dos bancos do Brasil, da Amazônia, do Nordeste e Caixa Econômica Federal, foram adotados três procedimentos:

- transferência de risco de crédito ao Tesouro;
- troca de ativos de pouca liquidez e baixa remuneração por novos títulos atrelados à taxa de mercado; e
- aumento de capital dos bancos com recursos públicos.

Embora a cobrança pelo Tesouro Nacional seja mais contundente do que a realizada pelos bancos, abre-se, também, uma oportunidade para um novo tratamento ao estoque da dívida rural em condições mais favoráveis aos devedores, pois os custos de carregamento por parte do Tesouro são bem menores do que os custos aplicados pelos agentes financeiros. Agora, existe margem técnica para uma negociação das formas de redução dos saldos devedores e melhores condições de juros e prazos para as dívidas de crédito rural transferidas pelos bancos oficiais federais à União.

<sup>26</sup> Alfonsin, Ricardo Barbosa. *Crédito rural: questões polêmicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2000. Pág. 175.



## 6 O CENÁRIO RURALISTA ATUAL

O ruralista que se obrigou a efetuar as composições de suas dívidas, muitas vezes de forma a aceitar juros capitalizados e taxas inflacionárias ilegais, deparou-se então com outro problema, seus bens ficaram vinculados à renegociação, esgotando-se a capacidade de pagamento do produtor, resultando na sua exclusão do crédito oficial.

A agricultura é pródiga quanto a experimentar as mudanças nas regras da política agrícola em pleno andamento de processo produtivo. Alterações substanciais como, por exemplo, na política de comercialização, provendo mudanças profundas e prejudiciais à obtenção da receita têm sido experimentadas pelo setor. Se observados os planos econômicos implementados pelo setor nos últimos tempos é fácil verificar que a agricultura foi seriamente penalizada com as alterações introduzidas, por exemplo, com os famigerados “congelamentos” dos preços mínimos, onde o novo valor estabelecido pelo Governo sequer se mostrou apto a suportar os custos de produção do bem a comercializar. A Constituição Federal de 1988, ao disciplinar a política agrícola, consignou indelevelmente e de forma compreensível, ser de essência desta política assegurar uma efetiva compatibilidade entre custos de produção e os preços mínimos, como está posto no capítulo 4 adiante. Basta olhar o inc. II, do art. 187 que diz: *“os preços compatíveis com os custos de produção...”*. Inequivocadamente, muitos mecanismos inovatórios da política agrícola mais dificultam do que facilitam a comercialização, pois acaba retirando do produtor a capacidade negocial, restringindo seu poder de barganha. Outro fator que dificulta a comercialização e que, normalmente, vem embutido no pacote da política agrícola é a retirada ou minimização dos assim chamados financiamentos de EGF. Assim, quando a política agrícola sofre modificações após início do processo produtivo e, conseqüentemente, na constância dos mútuos, é fato que tal situação agride e solapa a capacidade de adimplir o mútuo, pois a receita prevista ao tempo da concessão do crédito não vai ser alcançada em face da atuação de outrem e não por decorrência direta da vontade do produtor. Não se pode cerrar os olhos diante desse fato, eis que traz consigo conseqüências profundas.<sup>27</sup>

Para a safra 2003/04, que se inicia em junho de 2003 e encerra-se em junho de 2004, está sendo prevista a aplicação de R\$3,3 bilhões na agricultura familiar através do Banco do Brasil S/A, o que representa um crescimento de 57% em relação à safra anterior.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> PEREIRA, Lutero de Paiva. *Securitização e Crédito Rural*. Curitiba: Juruá, 1997.pág. 42/43

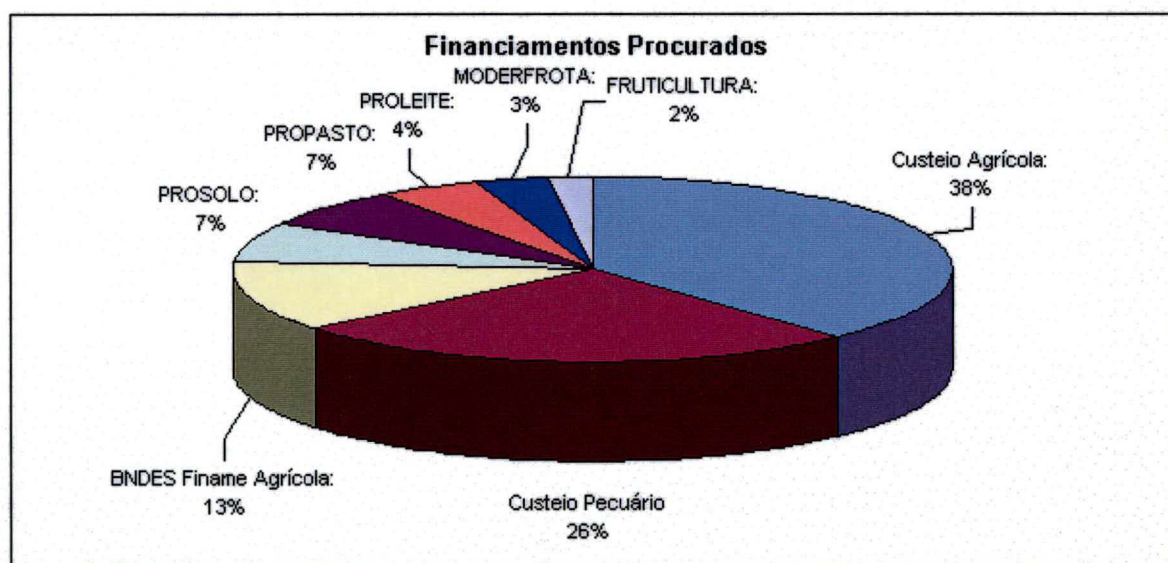
<sup>28</sup> BANCO DO BRASIL S/A. *Oficina de Agronegócios – Crédito Rural*. Brasília: 2003.

Para a agricultura familiar e a reforma agrária, o Governo tem disponibilizado programas de crédito que visam oferecer condições mais favorecidas, principalmente em termos de taxa de juros e prazo de pagamento. Estão incluídos nesse bloco os programas denominados Pronaf e Proger Familiar. São programas que atendem agricultores assentados pela reforma agrária e agricultores familiares, por meio de linhas de crédito de custeio e de investimentos. Há, também o Banco da Terra/SAT, programa específico de crédito fundiário, destinado à compra de terra para assentamento. Para esse público, o Governo também busca disponibilizar instrumentos que permitam reduzir risco (Proagro) e assegurar a compra da produção.<sup>29</sup>

Com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, regulamentado pela Resolução 2.310 do Banco Central, o governo passou a atribuir maior importância social e econômica aos pequenos agricultores.

No PRONAF, os pequenos agricultores, que utilizam principalmente mão-de-obra do tipo familiar e têm nas atividades agropecuárias a principal fonte de rendimentos, recebem créditos até o limite de R\$ 5 mil no custeio e R\$ 15 mil o investimento.

Quadro 03: Os financiamentos mais procurados



Fonte: CNA (Produtores Consultados – 5577)

Pela tabela acima se pode ver que os ruralistas não precisam apenas de custeio, mas também de máquinas, que estão sucateadas.

Para a agricultura de “mercado”, o Governo tem agido no sentido de mínima intervenção no segmento. A principal política de apoio ao setor é a de regulamentar e

<sup>29</sup> BANCO DO BRASIL S/A. *Oficina de Agronegócios – Crédito Rural*. Brasília: 2003.



disponibilizar mecanismos pelos quais o sistema bancário conceda recursos com taxas prefixadas e favorecidas em relação ao mercado financeiro. Nesse sentido, o seguimento tem acesso a linhas de crédito de custeio, comercialização e investimento, com taxas e prazos compatíveis com as atividades agropecuárias, valendo-se de recursos das exigibilidades bancárias, da Caderneta de Poupança Rural e do Bndes/Finame. Além disso, o Governo atua na regulamentação de mecanismos que permitam modernizar o mercado de comercialização agropecuária, como o mercado futuro e de opções, comércio eletrônico, CPR<sup>30</sup> etc. Na safra 2003/04, para a agricultura de “mercado”, o Banco do Brasil prevê a aplicação de R\$ 16,7 bilhões, com crescimento da ordem de 30% em relação à safra passada.<sup>31</sup>

As operações realizadas fora do sistema financeiro e do controle das autoridades monetárias, também chamadas créditos informais ou em certos casos semiformais, têm-se revelado muito importantes há alguns anos. Entre tais operações destacam-se: i) empréstimos em dinheiro obtidos de particulares ou firmas ligadas à atividade agropecuária; ii) escambo do tipo insumo/produto ou insumo/serviços, entre fornecedores e produtores rurais e entre cooperativas e produtores; iii) compras e vendas antecipadas de produto, realizadas entre empresas agro-industriais, comerciantes e produtores; iv) poupança e crédito realizados por grupos ou associações informais de agricultores. Instrumentos particularmente interessantes têm sido o uso da Cédula do Produto Rural na versão CPR de gaveta pela indústria de insumos e de processamento, e o contrato a termo denominado soja verde.

Tudo indica que o auto financiamento e o crédito informal ou semi formal permanecerão desempenhando papel essencial no financiamento das safras. Em 1996, as necessidades de custeio das sete principais culturas (soja, milho, feijão, arroz, algodão, café e laranja) foram estimadas em US\$ 14 bilhões e os empréstimos realizados pelo sistema financeiro para custeio desses produtos somaram US\$ 2,6 bilhões, ou seja, 18% do valor total dos custos operacionais estimados. Vale notar que esses produtos absorvem 80% dos empréstimos de custeio agrícola do país.<sup>32</sup>

Informações de técnicos da indústria de fertilizantes dão conta que os valores das CPRs de gaveta de uma grande empresa do setor teria atingido a cifra de R\$ 100 milhões no ano de 1998. De outra parte, o Banco do Brasil informa que até julho de 1999, o Banco teria

<sup>30</sup> Cédula de Crédito Rural: Título de crédito criado em 1994, como alternativa para capitalizar o setor agropecuário.

<sup>31</sup> BANCO DO BRASIL S/A. *Oficina de Agronegócios – Crédito Rural*. Brasília: 2003.

<sup>32</sup> ARAUJO, Paulo Fernando de. *Crédito rural e endividamento em período recente*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://pa.esalq.usp.br>. Acessado em 10/10/2003.

realizado desde 1994 operações formais que somam R\$342,7 milhões. O principal produto, 44% desse valor, foi destinado ao café.<sup>33</sup>

Com a exclusão do crédito pelo esgotamento do patrimônio, e com a necessidade de prosseguirem na atividade para com ela pagarem a conta dos débitos renegociados, passaram os agricultores a buscar verbas em cheques especiais, operações troca-troca, com fornecedores de insumos, onde prometiam a entrega de três sacos de produto por um emprestado. A situação adquiriu contornos insuportáveis. Mas os custos das lavouras, somados ao alto preço dos arrendamentos de terras (50 a 60% das lavouras são formadas em terras arrendadas), fugiram da realidade, tornando a atividade produtiva inviável pela inexistência de renda. Somente no Plano Real a atividade perdeu R\$15 bilhões. O pequeno produtor deixou de ser um agente econômico, transformando-se num sobrevivente, passando pela falta de investimentos a padrões de produtividade que inviabilizam sua atividade, não obtendo renda nem para a manutenção de sua família, obrigando-se ao abandono da terra para buscar sustento na periferia das cidades.<sup>34</sup>

A pecuária salvou-se deste processo de endividamento, pois não foi financiada, a contribuição desse setor tem sido crucial para o sucesso do plano de estabilização da economia e para a melhoria nos padrões alimentares das camadas mais pobres da população, em termos do consumo de proteína animal. Nos planos de estabilização anteriores a falta de carnes nas prateleiras dos supermercados foi a causa mais evidente do fracasso popular desses planos. O setor avícola, pela estabilidade no fornecimento da carne de frango e ovos e pela manutenção dos preços, mesmo com o impacto do rápido crescimento da demanda (ocorrido em função da eliminação do imposto inflacionário), foi uma peça-chave para o sucesso do Plano Real.<sup>35</sup>

Isso não ocorreu à toa. Intimamente ligado à expansão da produção de grãos, o desenvolvimento da avicultura, pode ser considerado como a síntese e o símbolo do crescimento e modernização do agronegócio no Brasil. A atividade avícola reúne em sua estrutura funcional os três elementos mais importantes no cálculo econômico do capitalismo em sua configuração atual: tecnologia de ponta, eficiência na produção e diversificação no

<sup>33</sup> ARAUJO, Paulo Fernando de. *Crédito rural e endividamento em período recente*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://pa.esalq.usp.br>. Acessado em 10/10/2003.

<sup>34</sup> ALFONSIN, Ricardo Barbosa. *Crédito rural: questões polêmicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2000. P 14/15.

<sup>35</sup> COELHO, Carlos Nayro. *Produção agrícola brasileira*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.mre.gov.br>. Acessado em 24/11/03.



consumo. Entre 1995 e 2001, a produção de carne de frango cresceu mais de 2,2 milhões de toneladas (54,6%). O Quadro abaixo mostra a evolução a produção das principais carnes.<sup>36</sup>

Quadro 04: Produção Brasileira de Carnes (Mil toneladas)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<b>Bovina</b>	5.400	6.045	5.820	6.040	6.268	6.651	6.960
<b>Avícola</b>	4.050	4.058	4.461	4.853	5.526	5.977	6.261
<b>Suína</b>	1.470	1.560	1.540	1.699	1.834	1.967	2.109
<b>TOTAL</b>	10.920	12.663	11.821	12.592	13.628	14.595	15.330

Fonte: CNPC, UBA e ABIPECS

O governo prega a competitividade da agricultura brasileira no mercado internacional. Só que os juros cobrados nos financiamentos agrícolas são bastante superiores aos praticados nos demais países, que variam entre 3% e 6% a.a. Afora isso, somente 10% da safra brasileira de grãos conseguem ser financiados nas taxas de juros tidas como subsidiadas pelo governo. Ou seja, o restante da produção nacional é financiada com taxas livres de mercado; por fornecedores; por importadores, e por atravessadores que sangram, no limite, especialmente os setores da agricultura familiar.

Entre as culturas brasileiras, hoje, o maior destaque é a soja. As exportações desse produto e de seus derivados (farelo e óleo) devem render ao Brasil, neste ano, a receita recorde de US\$ 7,6 bilhões. Para melhor compreender a dimensão desses resultados previstos, o valor em questão coloca o Brasil à frente de outros segmentos exportadores, a exemplo do automobilístico (previsão de US\$ 5 bilhões em 2.003).

Tal resultado, demonstra a aquecida demanda mundial, mas, reflete, também, o expressivo crescimento da produção brasileira do grão. Na safra de 2.002/03, a produção deverá atingir entre 47,4 e 48,2 milhões de toneladas, de acordo com estimativas feitas pela CONAB. Esse volume é 15% maior que a safra anterior e o dobro daquela registrada na temporada de 1.995/96. Dessa forma, em 2.003, a safra brasileira combinada com a argentina (prevista em cerca de 32,5 milhões de toneladas), poderá levar o Mercosul a passar, pela primeira vez, a produção norte-americana, de 73,2 milhões de toneladas.

É fato que existe grande disponibilidade de crédito para aplicação na agropecuária, a maior parte a juros fixos e equalizados (em patamares similares aos de padrões internacionais). No entanto, os empresários têm reclamado da inexistência de *accountability* (controle social) na alocação creditícia para o setor. Não existem agências reguladoras da

<sup>36</sup> COELHO, Carlos Nayro. *Produção agrícola brasileira*. Anais eletrônicos... Disponível em:

distribuição e aplicação dos recursos, e nem ouvidorias dos Fundos, a quem os produtores possam reclamar em caso de tratamento discriminatório e/ou arbitrário, de modo a se garantir atendimento imparcial, impessoal, baseado em critérios estritamente objetivos. Na prática, prevalecem a desinformação e o baixo poder de barganha dos produtores perante os agentes financeiros.

Ao emprestar para os produtores melhores relacionados socialmente, o custo de produção desses cai vertiginosamente, bem abaixo do preço de mercado. Por outro lado, aqueles que são discriminados ou que por alguma outra razão não têm acesso aos recursos se vêem obrigados a pagar juros de mercado, que hoje giram em torno de 80% ao ano, bem acima dos 8,75% contratados na maioria dos empréstimos dos Fundos Constitucionais (as taxas variam de 1% a 10,75% aa para agropecuária). Conseqüentemente, o custo de produção dos produtores sem-acesso ao crédito oficial se eleva para acima do preço de mercado. Preço este que passa a ser pressionado para patamar mais baixo, em função da maior oferta de produtos gerada pelos investimentos realizados pelos “privilegiados”. Resta, pois, aos sem-acesso, tão-somente, sair do mercado ou continuar em rota de colisão com a falência.

O agronegócio brasileiro bateu mais um recorde histórico em 2003. As exportações do setor somaram US\$ 30,639 bilhões no ano passado, segundo dados consolidados pela Secretaria de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O total supera em US\$ 5,8 bilhões (ou 23,3%) as vendas externas de US\$ 24,839 bilhões do setor em 2002. Com isso, a participação das exportações do agronegócio no total dos embarques brasileiros aumentou de 41,1% para 41,9% em 2003. As importações cresceram 6,6%, para US\$ 4,791 bilhões.

O saldo da balança comercial do agronegócio também bateu outro recorde, alcançando um superávit de US\$ 25,848 bilhões – 27% acima do saldo de US\$ 20,347 bilhões registrado em 2002. O resultado coloca o agronegócio como responsável pela totalidade do superávit global de US\$ 24,824 bilhões da balança comercial do país, já que os demais setores apresentaram um déficit de US\$ 1 bilhão no período.

O desempenho positivo das exportações em 2003 deveu-se ao crescimento das vendas de todos os grupos de produtos, à melhora dos preços internacionais das principais commodities e à abertura de novos mercados. Cabe destacar a liderança do complexo soja. As exportações do complexo soja cresceram 35,2%, de US\$ 6,008 bilhões para US\$ 8,125 bilhões, resultado do aumento das vendas de soja em grãos (41,5%), farelo (18,3%) e óleo em bruto (54,3%). Além do aumento do volume exportado em razão da safra recorde de 52



milhões de toneladas, a elevação dos preços internacionais também contribuiu para crescimento das receitas de exportações do setor.

Em alguns casos, cresceram mais as receitas com os produtos do que o volume embarcado. Os complexos carnes e os produtos florestais foram destaques. No setor de carnes, cujas vendas cresceram de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 4,1 bilhões (+31%), dispararam as vendas de bovinos in natura, de US\$ 776 milhões para US\$ 1,154 bilhão (+49%). Em volume, o aumento foi de 44%. Em carne de frango in natura, o país saiu de vendas de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 1,7 bilhão (+28%), exportando 20% acima do volume de 2002. As exportações de café cresceram 7%, para US\$ 1,423 bilhão. Em volume, o aumento foi de apenas 1%.

As vendas de algodão e fibras têxteis vegetais se recuperaram em 2003, crescendo de US\$ 800 milhões para US\$ 1,1 bilhão (+35%). Em trigo, o Brasil passou a exportar. Foram 50 mil toneladas em 2003. Antes, nada era vendido ao exterior. As vendas de 3,5 milhões de toneladas de milho somaram US\$ 375 milhões, um resultado 40% superior a 2002. Nos produtos florestais, as exportações de papel e celulose cresceram 38%, de US\$ 2 bilhões para US\$ 2,8 bilhões. As vendas de madeira cresceram 18,4%, para US\$ 2,6 bilhões. Houve ainda a performance positiva de sucos de frutas (17,5%); frutas e hortaliças (32,9%); couros, peles e calçados (5,3%); cacau (55,4%); fumo e tabaco (8,1%); e pescados (23,2%).

As vendas externas foram ainda mais diversificadas em 2003 e houve um expressivo aumento da participação de novos mercados, como Ásia, Oriente Médio e Europa Oriental. Em todos os principais blocos econômicos houve crescimento: Mercosul, 40%; Nafta 17%; União Européia, 22,4%; Europa Oriental, 26,8%; Ásia, 33,3%; Oriente Médio, 34,3%; e África, 9,7%. Mudou a participação desses blocos como destinos das exportações: a UE continuou na liderança, absorvendo 36,4% das exportações totais do agronegócio. A Ásia aumentou de 16,7% para 18,1% sua fatia, alcançando o Nafta, cuja participação apresentou uma redução de 19% para 18,1% em 2003. O Oriente Médio aumentou sua participação de 6,2% para 6,8%; a Europa Oriental, de 6,1% para 6,3%; e o Mercosul, de 2,7% para 3,1%. Os países que mais compraram produtos do agronegócio brasileiro foram China (66,2%); Turquia (67%); Romênia (114%); Ucrânia (35,9%); Hong Kong (35,9%); Taiwan (67,3%); Irã (71,7%); Israel (122,9%) e África do Sul (56,8%).

Nenhum setor do comércio mundial sofre mais distorções do que a agropecuária. As práticas protecionistas vêm aumentando a despeito do Acordo Agrícola da OMC, assinado em 1995. Os países ricos têm utilizado amplamente um conjunto de práticas e políticas agrícolas que distorcem a competitividade e a eficiência produtiva para resguardar seus mercados

internos da concorrência de outros países que produzem em condições mais eficientes e competitivas. Assim, a abertura de mercados é condição indispensável ao crescimento do setor e vital para o futuro do agronegócio brasileiro. A atividade agropecuária vem se modernizando no Brasil, tornando-se cada vez mais competitiva. Mas seu acesso a novos mercados depende, em grande parte, da eliminação ou diminuição das políticas protecionistas. Vale destacar que o aumento do saldo da balança comercial da agropecuária tem sido essencial para minimizar os desequilíbrios externos da economia.<sup>37</sup>

O Brasil ainda dispõe de cerca de 120 milhões de hectares de áreas agricultáveis não utilizadas, o que representa um potencial de aumento equivalente a nove vezes a atual produção de soja e milho. Assim, ao contrário dos seus principais concorrentes, como os Estados Unidos, onde a fronteira agrícola está esgotada, o Brasil possui enorme espaço para a expansão da produção agropecuária em escala competitiva. No entanto, a viabilização deste potencial competitivo somente será possível com a abertura de novos mercados ou o avanço sobre os mercados abastecidos com a produção não competitiva de outros concorrentes. Estima-se que, se o protecionismo fosse eliminado ou minimizado, as exportações agropecuárias brasileiras poderiam aumentar em cerca de US\$ 6 bilhões no curto prazo e US\$ 10 bilhões no longo prazo.<sup>38</sup>

A história do crédito rural brasileiro demonstra que não é possível criar uma sistema que atenda, eficientemente, todas as classes de produtores. Os grandes produtores têm a vantagem de obter recursos privados internos e externos no mercado financeiro e, para essa categoria, a atuação do governo deve se basear na reformulação do sistema financeiro de forma que as operações se tornem mais ágeis, baratas e sejam criados instrumentos financeiros que minimizem os efeitos de variação nos preços agrícolas. Quanto aos pequenos produtores, por sua vez, deve-se incentivar os agentes privados (via estrutura legal adequada) a atuarem nesse mercado, bem como o governo garantir os recursos já destinados a essa classe, como o Pronaf, por exemplo, de forma que a escassez de crédito rural não seja um entrave para o desenvolvimento da agricultura brasileira futuramente.

A realidade da economia brasileira, atualmente, torna totalmente descartável e inconcebível um simples retorno ao passado. Por outro lado, consiste em um erro grave, do ponto de vista teórico, e com graves conseqüências para a agricultura, do ponto de vista prático, uma ausência total do governo no mercado de crédito. Primeiramente, enquanto se caminha para um sistema mais voltado para o mercado, é necessário um período de transição

<sup>37</sup> Confederação da agricultura e Pecuária do Brasil : [www.cna.org.br](http://www.cna.org.br) - Relatório de Atividades 2002.

<sup>38</sup> Confederação da agricultura e Pecuária do Brasil : [www.cna.org.br](http://www.cna.org.br) - Relatório de Atividades 2002.



e, nesse contexto, as equalizações (subvenção econômica de preços agrícolas, ou taxas de juros) são um instrumental importante.

Com um cenário macroeconômico tão desfavorável, a renda agrícola brasileira teve um desempenho muito fraco na década de 90. Além disso, em função do descasamento entre a correção dos preços mínimos aos produtores e a correção da dívida dos mesmos, observou-se a partir de 1994 um elevado crescimento da dívida dos produtores rurais. Outro entrave são as altas taxas de juros, incompatíveis com as praticadas nos mercados financeiros internacionais, que acabam por inibir os investimentos diretos na economia, aumentam os custos dos empréstimos, reduzem a capacidade de pagamento dos agricultores e reduz o volume de recursos destinados do setor privado para a agricultura. Portanto tornou-se mais difícil para a agricultura brasileira obter financiamento formal.

As evidências teóricas mostram, portanto, que o mercado de crédito funcionando livremente não é capaz de gerar um volume de recursos igual ao socialmente desejável. Isso significa que a ausência total do governo, como vem acontecendo no Brasil, não representa a solução ideal para o financiamento da agricultura no Brasil.

Imaginando um cenário futuro próximo, observa-se a impossibilidade de o setor agrícola seguir suas atividades de forma adequada. Com seus bens vinculados a financiamentos anteriores e sem capital para a continuidade de seus trabalhos, acabarão abandonando a terra por vontade própria ou por força da cobrança de seus compromissos.

Assim se percebe a necessidade de se buscar uma solução definitiva para o problema do endividamento, que considere a situação do produtor rural endividado e da rentabilidade de seu negócio, sem interessar-se apenas pela salvação dos agentes financeiros. Podendo dessa maneira, fomentar o desenvolvimento do setor que é a base econômica do Brasil.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pressão por novas fontes de financiamento para a agricultura vem motivando o aperfeiçoamento das operações de troca envolvendo a venda antecipada da produção iniciadas no final da década de 80. As oportunidades existentes nessa área para os vários agentes do agronegócio são ainda bastante amplas mas dependentes de um alto grau de conhecimento técnico para que tenham sucesso. A falta de sistemas compreensivos que consolidem as informações existentes é apontada como inibidor de uma maior liquidez nesse mercado.

A história do crédito rural brasileiro demonstra que não é possível criar um sistema que atenda, eficientemente, todas as classes de produtores. Os grandes produtores têm a vantagem de obter recursos privados internos e externos no mercado financeiro e, para essa categoria, a atuação do governo deve se basear na reformulação do sistema financeiro de forma que as operações se tornem mais ágeis, baratas e sejam criados instrumentos que minimizem os efeitos de variações nos preços agrícolas. Quanto aos pequenos produtores, por sua vez deve-se incentivar os agentes privados a atuarem nesse mercado, bem como o governo garantir os recursos já destinados a essa classe, como o PRONAF, por exemplo, de forma que a escassez de crédito rural não seja um entrave para o desenvolvimento da agricultura brasileira futuramente.

O instrumento de captação de recursos privados que, certamente, tem mais potencial para se desenvolver é a CPR. Entretanto, deve-se ressaltar que o elevado custo de aval, taxas de juros da economia, e a falta de tomadores de risco no mercado financeiro brasileiro são fatores limitadores ao mecanismo de venda de CPR's.

O agronegócio sozinho vai exportar quase US\$ 30 bilhões e será responsável por cerca de 40% do total das vendas ao exterior brasileiras no ano de 2003, estimadas pelo governo em US\$ 73 bilhões a US\$ 74 bilhões.

O cenário político-econômico, nacional e internacional, esperado para o futuro previsível deverá continuar contando, como principais características, com globalização, liberalização econômica e escassez de recursos públicos. Estes três vetores vêm produzindo efeitos da maior importância sobre o agronegócio no Brasil. Torna-se premente, portanto, que os setores público e privado unam esforços, com redefinição de seus papéis, no sentido de assegurar que aquele importante segmento cumpra plenamente suas funções no processo de desenvolvimento do país. O agronegócio, assim como os demais setores da economia, dependem de três condicionantes para bem desempenhar suas funções: rentabilidade,



gerenciamento de riscos e financiamento. É importante examinar como eles foram afetados pelo cenário político econômico.

Na verdade, foram reduzidas as aplicações na agricultura; mas a taxa cambial tendeu a uma valorização contínua, prejudicando a agricultura, e a abertura comercial ao exterior acabou acontecendo precipitadamente, sem que o país se equipasse para negociações que compensassem as concessões que estavam sendo feitas e para combater, à altura, a autêntica guerra de subsídios e barreiras que ainda permanecem nos países desenvolvidos.

O sistema formal de financiamento, em bases diferenciadas e à taxas de juros subsidiadas, mostra nítidos sinais de exaustão e, certamente, estará nos próximos anos cada vez mais voltado para o atendimento dos pequenos agricultores e das regiões carentes do país. Após o Plano Real, tem-se observado grande instabilidade no sistema financeiro. No período de altas taxas de inflação, os bancos obtiveram lucros excessivos. Não se preocuparam com a concessão de empréstimos e seus custos de transação. Hoje o cenário é bem diferente. Nesse contexto, seria da maior conveniência que novos instrumentos, como a Cédula de Produto Rural (CPR), pudessem ser operados em grande escala com liquidação financeira em bolsas de futuros.

O novo modelo de financiamento da agricultura somente será viável se estabelecido em função de crescente participação de fontes particulares de recursos financeiros, bem como associado a um sólido sistema de seguro agrícola e de seguro de crédito mais eficiente.

A falta de recursos do sistema tradicional de crédito rural é uma forte evidência de que este modelo chegou ao seu esgotamento. Além do mais, existe uma legislação muito pouco adequada uma vez que, através da burocracia, dificulta a concessão de crédito.

O mercado tem procurado, nos últimos anos, adaptar-se a nova realidade, criando formas alternativas. Neste sentido, surgiram mecanismos de financiamento como o sistema soja verde e o sistema de troca de produtos por insumos, utilizado pela indústria. Estes têm duas características comuns: alto custo das operações e insegurança quanto ao cumprimento dos contratos. Estas restrições limitam consideravelmente o uso destes instrumentos de crédito, o que demonstra a necessidade do crédito oficial amparado pelo governo para que não persistam os mesmos erros aumentando o endividamento de um setor que é o sustentáculo da economia nacional.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Felipe Meira. *Teoria e Prática de Crédito Rural*. Piracicaba: Herba, 1977. 161p.
- ALFONSIN, Ricardo Barbosa. *Crédito rural: questões polêmicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2000. 405p.
- ALBUQUERQUE, M.C.C; NICOL, R. *Economia Agrícola*. São Paulo: Mcgraw-Hill, 1987. 335p.
- ALVES FILHO, José Lucas. *Crédito rural e política de desenvolvimento*. Anais eletrônicos... Disponível em: [http://www.novae.inf.br/brasilalimpo/credito\\_rural.htm](http://www.novae.inf.br/brasilalimpo/credito_rural.htm). Acessado em 17/11/03
- ARAÚJO, Paulo Fernando de. *Crédito rural e endividamento em período recente*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://pa.esalq.usp.br>. Acessado em 10/10/2003.
- BAER, W. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996. 416p.
- BALDI, Neila. *Crédito rural só atende à metade da demanda dos produtores, diz CNA*. Jornal Gazeta Mercantil. São Paulo. 29 de maio de 2003. Business, p. B-12.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Manual de Crédito Rural(MCR)*. Atualizado até dezembro de 2003.
- BANCO DO BRASIL S/A. *Oficina de Agronegócios – Crédito Rural*. Brasília: 2003.
- CARVALHO, Ivo. *Estudo do Crédito Rural*. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1971. 111p..
- COELHO, Carlos Nayro. *A agricultura e a logística de transportes*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.mre.gov.br>. Acessado em 24/11/03.



COELHO, Carlos Nayro. *Produção agrícola brasileira*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.mre.gov.br>. Acessado em 24/11/03.

COELHO, Carlos Nayro. *Os caminhos do agronegócio brasileiro*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.mre.gov.br>. Acessado em 24/11/03.

COELHO, Carlos Nayro. *A abertura da economia e a agricultura*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.mre.gov.br>. Acessado em 24/11/03.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL, *Relatório de Atividades 2002*. Anais Eletrônicos... Disponível em: <http://www.cna.org.br>. acessado em 20/11/03:

DIAS, Guilherme Leite da Silva. *Política de Crédito Rural*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/prior/desrural/brasil/dias>. Acessado em 20/11/03.

GUIMARÃES, Mário Kruel. *Crédito Rural, enfoques da política agrária brasileira*. São Paulo: Nobel, 1974. 181p.

JANK, Marcos Sawaya. *A lei agrícola dos EUA e a economia política da proteção*. Jornal Valor Econômico: São Paulo, 15 de maio de 2002, edição 508, p.18

LIMA, Manolita Correia, *Monografia – a engenharia da produção acadêmica*. São Paulo: Saraiva, 2004. 210p.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing**. V. 01. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MONTOYA, Marco Antônio(organizador). *Aspectos Regionais do Crédito Rural, governo, cooperativas e informalidade*. Passo Fundo: UPF, 2002. 131p.

NADER, Henrique. *A obrigatoriedade ou não do alongamento das dívidas rurais*. Anais eletrônicos... Disponível em <http://www.direitobancario.com.br/artigos>. Acesso em 17/12/03.

PEREIRA, Lutero de Paiva. *Crédito Rural: escritura pública de confissão de dívida*. Curitiba: Juruá. 1999.

PEREIRA, Lutero de Paiva. *Crédito Rural, questões controvertidas* 2ª ed. Curitiba: Juruá, 1999.

PEREIRA, Lutero de Paiva. *Securitização e Crédito Rural*. Curitiba: Juruá, 1997.

PESSÔA, André. *Crise fiscal dos anos 80*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.mre.gov.br>. Acessado em 21/11/03.

PESSÔA, André. *Agricultura*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.mre.gov.br>. Acessado em 24/11/03.

PESSÔA, André. *Política de crédito subsidiado*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.mre.gov.br>. Acessado em 24/11/03.

PESSÔA, André. *Política de substituição de Importações*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.mre.gov.br>. Acessado em 24/11/03.

PIB do Agronegócio soma R\$458 bilhões. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 6459, p. 21, 19 dez 2003.

REZENDE, Gervásio Castro de. *Crise e agricultura: Brasil, anos 80*. Rio de Janeiro: Fase, 1988. 104p.

SAUCHUK, Valdemar. *Crédito Rural – alavanca do desenvolvimento*. Curitiba: Ensino Renovado, 1981. 102p.

SILVA, José Tadeu Pereira da. *Função Social da Propriedade Rural*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://direitobancário.com.br/artigos>. Acessado em 17/12/03

TAVARES, Maria da Conceição. *O rombo do banco brasil*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://eco.unicamp.br/artigos/tavares/artigo46.htm>. Acessado em 17/12/03



TAVARES, Maria da Conceição. *O leilão dos poderosos*. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://eco.unicamp.br/artigos/tavares/artigos45.htm>. Acessado em 17/12/03

TEIXEIRA, Gerson. *As dívidas agrícolas e o PT*. Anais eletrônicos... Disponível em <http://www.pt.org.br>. Acessado em 20/12/03

WILDMANN, Igor Pantuzza. *Crédito Rural: teoria, prática, legislação e jurisprudência*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br): Banco Central do Brasil

[www.cna.org.br](http://www.cna.org.br): Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

[www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br): Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

[www.famato.org.br](http://www.famato.org.br): Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br): Instituto Brasileiro de geografia e estatística – IBGE

[www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br): Ministério da Relações Exteriores

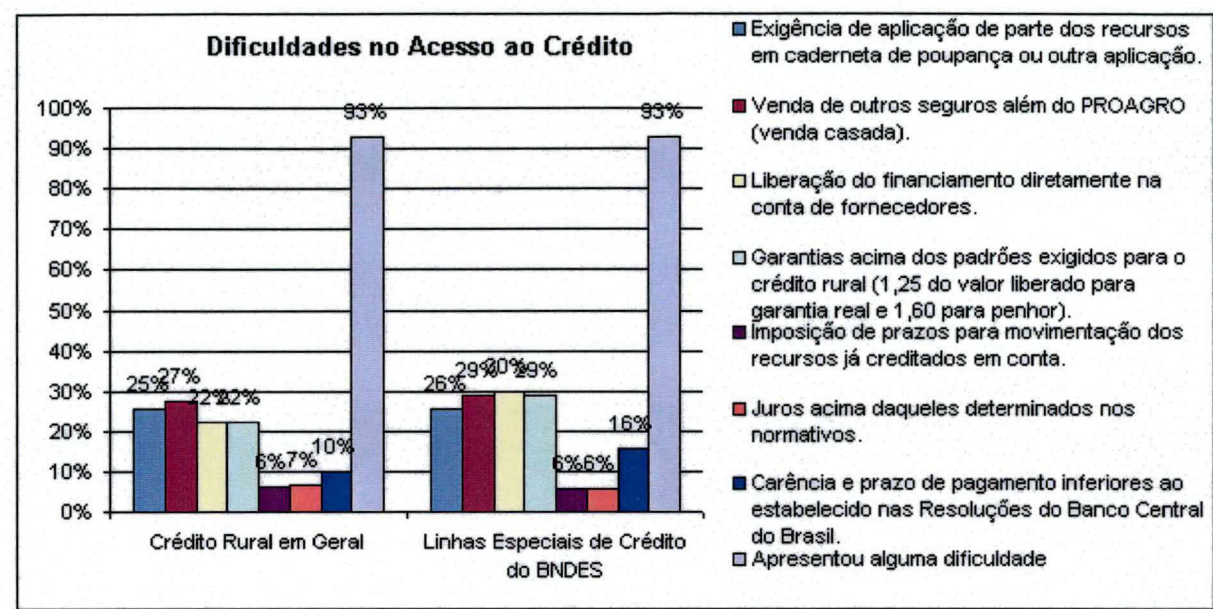
[www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br): Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB

[www.ocesc.org.br](http://www.ocesc.org.br): Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – OCESC

[www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br): Secretária do Tesouro Nacional – STN

ANEXOS

Quadro 05: As Dificuldades no Acesso ao Crédito



Fonte: CNA(Produtores Consultados – 5577)

Quadro 06: O aumento das áreas plantadas  
Confronto entre as áreas plantada e colhida na safra de 2003 e a área plantada ou a plantar para a safra 2004, dos principais produtos agrícolas - Outubro de 2003

Produtos Agrícolas	Área (ha)				
	Safra/2003		Plantada ou a plantar Safra/2004 (4)	Variação %	
	Plantada (2)	Colhida (3)		(4/2)	(4/3)
Total	35 759 603	35 485 324	36 868 875	3,10	3,90
Algodão herbáceo (em caroço)	653 892	653 173	789 276	20,70	20,84
Amendoim (em casca) 1ª safra	61 626	61 626	61 675	0,08	0,08
Arroz (em casca)	2 617 892	2 615 405	2 717 838	3,82	3,92
Batata-inglesa 1ª safra	77 366	77 334	74 795	-3,32	-3,28
Cana-de-açúcar (1)	4 206 306	4 170 506	4 199 113	-0,17	0,69
Cebola	57 895	57 279	50 904	-12,08	-11,13
Feijão (em grão) 1ª safra	1 419 677	1 333 016	1 382 819	-2,60	3,74
Fumo (em folha)	364 758	364 568	413 712	13,42	13,48
Mandioca (1)	450 646	440 989	488 949	8,50	10,88
Milho (em grão) 1ª safra	7 556 417	7 421 081	7 264 759	-3,86	-2,11
Soja (em grão)	18 293 128	18 290 347	19 425 035	6,19	6,20

FONTE - IBGE, DPE, DEAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

Nota: (1) Área destinada a colheita.



## Quadro 07: Confronto das últimas safras

## Confronto das Safras de 2002 e das Estimativas para 2003 - Brasil - Outubro de 2003

Produtos Agrícolas	Produção (t)		
	Obtida safra 2002	Esperada safra 2003	Variação %
Algodão herbáceo (em caroço)	2 160 197	2 196 390	1,68
Arroz (em casca)	10 472 093	10 191 061	-2,68
Batata-inglesa 1ª safra	1 423 931	1 438 708	1,04
Batata-inglesa 2ª safra	909 436	942 263	3,61
Batata-inglesa 3ª safra	551 273	553 888	0,47
Cacau (em amêndoa)	174 665	170 414	-2,43
Café (beneficiado)	2 493 525	1 984 059	-20,43
Cana-de-açúcar	363 721 019	386 162 060	6,17
Cebola	1 193 988	1 176 849	-1,44
Feijão (em grão) 1ª safra	1 624 156	1 646 213	1,36
Feijão (em grão) 2ª safra	1 055 724	1 213 538	14,95
Feijão (em grão) 3ª safra	371 084	431 834	16,37
Laranja	18 446 901	17 216 053	-6,67
Mandioca	23 131 212	22 453 681	-2,93
Milho (em grão) 1ª safra	29 293 978	34 740 861	18,59
Milho (em grão) 2ª safra	6 206 385	12 748 626	105,41
Soja (em grão)	42 026 519	51 551 153	22,66
Sorgo	773 106	1 714 883	121,82
Trigo	2 925 890	5 409 401	84,88

FONTE - IBGE, DPE, DEAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

Nota: Foram repetidas as informações da safra anterior para as Unidades da Federação que ainda não forneceram a 1ª estimativa neste ano.

## Quadro 08: Custo dos financiamentos

## Custos dos Financiamentos de Custeio Agrícola x Taxa Inflacionária (1995 a 1998)

Ano	Taxa de inflação	Taxa de juros		Comparação custo do financiamento de custeio da agricultura familiar x inflação	Comparação custo financiamento de custeio outros produtores x inflação
		Agric. Familiar	Outros produtores		
1995	23.17	18.4%	37%	custo do financiamento 19.6 pontos percentuais abaixo da inflação	custo 59.6 pontos perc. acima da inflação
1996	10.04	12%	16%	custo 19.5 acima da inflação	custo 59.3 acima da inflação
1997	4.83	9%	12%	custo 86.3 acima da inflação	custo 148.4 acima da inflação
1998	1.8	6.5%	9.5%	custo 261.1 acima da inflação	custo 427.8% acima da inflação

Fonte: TEIXEIRA, Gerson. *As dívidas agrícolas e o PT*. Anais eletrônicos... Disponível em <http://www.pt.org.br>. Acessado em 20/12/03

Tabela 04: Oferta e demanda de grãos nos últimos anos

**QUADRO DE OFERTA E DEMANDA BRASILEIRA**  
**GRÃOS E FIBRAS SELECIONADAS**

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPOR-TAÇÃO	SUPRI-MENTO	CONSUMO	EXPOR-TAÇÃO	ESTOQUE FINAL
ALGODÃO EM PLUMA	1999/00	81,5	700,3	299,9	1.081,7	885,0	28,5	168,2
	2000/01	168,2	938,8	81,3	1.188,3	865,0	147,3	176,0
	2001/02	176,0	766,2	67,6	1.009,8	805,0	109,6	95,2
	2002/03	95,2	847,5	130,0	1.072,7	720,0	180,0	172,7
	2003/04	172,7	1.151,2	95,0	1.418,9	792,0	420,0	206,9
ARROZ EM CASCA	1999/00	1.364,6	11.423,1	1.008,3	13.796,0	11.950,0	21,1	1.824,9
	2000/01	1.824,9	10.386,0	1.023,6	13.234,5	11.850,0	24,4	1.360,1
	2001/02	1.360,1	10.626,1	780,2	12.766,4	11.981,1	21,9	763,4
	2002/03	763,4	10.359,5	1.500,0	12.622,9	12.100,9	20,0	502,0
	2003/04	502,0	11.776,7	1.000,0	13.278,7	12.739,5	20,0	519,2
FEIJÃO	1999/00	146,8	3.098,0	77,7	3.322,5	3.050,0	2,0	270,5
	2000/01	270,5	2.587,1	128,9	2.986,5	2.880,0	2,0	104,5
	2001/02	104,5	2.983,0	81,7	3.169,2	3.000,0	2,0	167,2
	2002/03	167,2	3.205,0	95,0	3.467,2	3.030,0	2,0	435,2
	2003/04	435,2	3.416,0	81,7	3.932,9	3.330,0	3,0	599,9
MILHO	1999/00	4.676,8	31.640,9	1.759,2	38.076,9	34.480,0	62,1	3.534,8
	2000/01	3.534,8	42.289,3	548,1	46.372,2	36.235,5	5.917,8	4.218,9
	2001/02	4.218,9	35.280,7	450,0	39.949,6	36.400,0	2.500,0	1.049,6
	2002/03	1.049,6	47.569,1	830,0	49.448,7	39.600,0	4.000,0	5.848,7
	2003/04	5.848,7	45.444,5	200,0	51.493,2	39.600,0	5.500,0	6.393,2
SOJA EM GRÃOS	1999/00	2.347,4	32.344,6	807,0	35.499,0	21.420,0	11.517,0	2.562,0
	2000/01	2.562,0	38.431,8	700,0	41.693,8	23.630,0	15.675,0	2.388,8
	2001/02	2.388,8	41.916,9	1.050,0	45.355,7	27.300,0	16.000,0	2.055,7
	2002/03	2.055,7	52.032,7	1.000,0	55.088,4	30.800,0	20.300,0	3.988,4
	2003/04	3.988,4	58.763,5	1.000,0	63.751,9	34.110,0	27.200,0	2.441,9
FARELO DE SOJA	1999/00	664,2	15.800,0	99,0	16.563,2	6.800,0	9.375,0	388,2
	2000/01	388,2	17.538,0	400,0	18.326,2	7.200,0	10.800,0	326,2
	2001/02	326,2	20.145,0	370,0	20.841,2	7.600,0	12.800,0	441,2
	2002/03	441,2	22.300,0	200,0	22.941,2	8.100,0	14.500,0	341,2
	2003/04	341,2	24.972,0	220,0	25.533,2	8.600,0	16.500,0	433,2
ÓLEO DE SOJA	1999/00	285,2	3.800,0	105,0	4.190,2	2.860,0	1.100,0	230,2
	2000/01	230,2	4.218,0	72,0	4.520,2	2.950,0	1.400,0	170,2
	2001/02	170,2	4.845,0	135,0	5.150,2	2.960,0	1.800,0	390,2
	2002/03	390,2	5.400,0	80,0	5.870,2	3.100,0	2.400,0	370,2
	2003/04	370,2	6.006,0	100,0	6.476,2	3.300,0	3.000,0	176,2
TRIGO	1999	609,1	2.402,8	7.718,1	10.730,0	9.975,0	3,2	751,8
	2000	751,8	1.658,4	7.631,9	10.042,1	9.324,0	1,6	716,5
	2001	716,5	3.194,2	7.055,4	10.966,1	10.193,0	2,6	770,5
	2002	770,5	2.913,9	6.853,2	10.537,6	9.770,0	3,7	763,9
	2003	763,9	5.552,2	4.970,0	11.286,1	10.111,0	603,5	571,6

Fonte: CONAB - Atualizado em 9/12/2003

dez/03



Tabela 05: Produto Interno Bruto

**PRODUTO INTERNO BRUTO**  
Em valores correntes (milhões de reais)

Ano	Trim.	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	PIB
		Total	Total	Total	pm
1994	I	-1.573	6.338	14.511	18.882
	II	3.296	20.884	43.454	66.459
	III	16.410	46.108	67.230	128.495
	IV	12.325	50.361	73.482	135.369
	total ano	30.458	123.692	198.678	349.205
1995	I	11.714	47.079	74.737	143.064
	II	10.685	51.987	83.027	155.013
	III	16.221	53.009	87.420	166.059
	IV	12.873	57.612	102.024	182.056
	total ano	51.493	209.688	347.208	646.192
1996	I	11.410	52.577	97.561	170.504
	II	15.329	57.994	103.780	189.621
	III	16.648	64.577	109.751	203.396
	IV	14.424	66.033	121.942	215.366
	total ano	57.811	241.182	433.034	778.987
1997	I	13.992	60.551	107.083	192.912
	II	16.309	68.188	115.797	212.194
	III	15.826	73.963	120.036	222.704
	IV	15.981	72.059	140.337	242.933
	total ano	62.109	274.761	483.254	870.743
1998	I	13.565	65.895	119.469	210.606
	II	20.313	72.181	125.035	233.104
	III	19.017	75.311	127.960	233.974
	IV	14.655	70.754	138.638	236.504
	total ano	67.550	284.142	511.101	914.188
1999	I	17.058	65.249	126.374	221.629
	II	19.458	77.191	134.103	247.582
	III	17.087	82.093	127.106	241.182
	IV	18.253	85.542	142.163	263.453
	total ano	71.856	310.074	529.747	973.846
2000	I	19.275	80.450	135.336	250.866
	II	21.174	91.405	138.887	271.619
	III	20.822	96.956	146.586	284.896
	IV	16.987	99.664	153.946	293.873
	total ano	78.258	368.474	574.755	1.101.255
2001	I	21.480	95.195	141.624	280.474
	II	25.380	96.493	146.006	295.488
	III	20.429	104.300	154.857	303.347
	IV	21.933	104.674	187.374	320.751
	total ano	89.222	400.662	629.861	1.200.060
2002	I	23.336	93.611	159.367	295.848
	II	27.042	107.174	174.487	324.116
	III	24.613	117.374	184.604	337.220
	IV	21.800	126.678	191.417	364.306
	total ano	96.791	444.837	709.873	1.321.490
2003	I	34.930	115.584	177.274	344.294
	II	33.567	124.363	190.279	365.716

Fonte: IBGE